

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**O PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA: UM ESTUDO
- DE CASO EM RELAÇÃO A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE
INCLUSÃO SOCIAL.**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 19/02/04

MARIANA SILVEIRA BARCELOS

Teresa Kleba
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**O PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID, DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA: UM ESTUDO
DE CASO EM RELAÇÃO A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE
INCLUSÃO SOCIAL.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, para a obtenção de grau de
Bacharel em Serviço Social, sob
orientação da Prof. Kathia Muller.

FLORIANÓPOLIS, 2004.

MARIANA SILVEIRA BARCELOS

**O PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA: UM ESTUDO
DE CASO EM RELAÇÃO A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE
INCLUSÃO SOCIAL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora

Kathia Muller

Professora do Depto. De Serviço Social da UFSC

Presidente da Banca

Simone Domingues

Assistente Social /Prefeitura Municipal de Palhoça

1º Examinadora

Nívia Rodrigues Bernardo

Assistente Social da Penitenciária de Florianópolis

2º Examinadora

Florianópolis, fevereiro de 2004.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por fazer parte da minha vida, ser meu confidente e companheiro;

A todo corpo docente do Departamento de Serviço Social, pela sabedoria compartilhada;

A professora orientadora Kátia Muller pela confiança, paciência e apoio na elaboração deste trabalho;

A todas as colegas de faculdade, por esses quatro anos maravilhosos, principalmente a Francieli Lopes, Karla e Luciana companheiras e amigas de todas as horas, foram muitas risadas, muita dedicação, além da solidariedade entre nós.

A equipe da Programa Habitar Brasil/BID do Município de Palhoça, pela amizade, e pela rica experiência na minha formação profissional, um carinho especial à Simone e Angelita;

Aos moradores da comunidade do Alto da Bela Vista, pelos momentos de alegria e esperança compartilhados.

Aos meus pais, Kátia e Jorge e ao meu irmão Léo, pelo apoio, e paciência nesses anos de estudo. Nosso amor supera tudo o que acontece em nossas vidas;

Ao meu pai Marcos sua esposa Sandra e aos meus irmãos Juliana, Junior e Gabriel que mesmo não estando dia-a-dia comigo, estiveram presente em meu coração;

A minha avó materna, que apesar de não estar mais entre nós, estará sempre em minha vida;

Aos meus familiares, principalmente aos meus tios maternos, que sempre me acolheram com muito amor e compreensão, e que fazem parte da minha história;

Ao meu namorado Jefferson, pela paciência, pelo amor e pelos bons momentos...

A minha prima Tatiana, que pacientemente fez a revisão final deste trabalho.

MUITO OBRIGADA!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1. A URBANIZAÇÃO NO BRASIL E SUA POLÍTICA URBANA	
1.1 A História da Urbanização	08
1.2 A Segregação Sócio-Espacial nas Cidades Brasileiras	14
1.3 Políticas Públicas relacionadas à questão urbana	18
2. INCLUSÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO E HABITAÇÃO POPULAR	
2.1 A inclusão social como condição à cidadania	23
2.2 A habitação e a inclusão urbana	29
3. O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E SUA POLÍTICA HABITACIONAL	
3.1 Contextualização do Município.....	31
3.2 A trajetória da Política Habitacional do município de Palhoça	34
3.3 O Programa Habitar Brasil/BID : uma alternativa de inclusão social à população de baixa renda	39
4. AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID	
4.1 O Programa Habitar Brasil/BID e as possibilidade de inclusão social	46
4.2 A contribuição do Serviço Social para o processo de inclusão	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	59

INTRODUÇÃO

A partir da experiência do estágio curricular obrigatório, realizado no município de Palhoça, junto ao Programa Habitar Brasil/BID - Projeto "Morar Legal", teve origem este trabalho de investigação, (com o objetivo de unir o conhecimento prático e teórico adquirido neste último ano de estágio) que tem como tema as questões de segregação sócio-espacial no processo de urbanização do município e as possibilidades de contribuição do programa para o processo de inclusão social da população de baixa renda.

A crise da relação capital e trabalho tem se agravado, o desemprego tornou-se estrutural e a defasagem salarial atinge grande parte da população trabalhadora, que, aliada à insuficiência de recursos destinados às cidades, resulta em um déficit de serviços oferecidos pelo Estado, como infra-estrutura e serviços urbanos.

A população vinda do campo, em busca de melhores condições de vida, vem se instalando, em geral, nas periferias do município, trabalhando com frequência nos setores informais. Sob essas condições, milhares de famílias se inserem precariamente no contexto urbano, aumentando o déficit habitacional e ocupando áreas de preservação permanente, ou de risco.

Nesse sentido, Palhoça tenta minimizar a falta de habitação (de algumas dessas famílias) através do Programa Habitar Brasil/BID, consolidado no Município com o Projeto "Morar Legal". O programa atua no bairro Bela Vista e tem como objetivo realizar o remanejamento de 86 famílias residentes em uma área de invasão, que, vivendo em condições subnormais, formaram a comunidade do Alto da Bela Vista.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, a fim de discriminar e esclarecer ainda mais o tema abordado. A metodologia utilizada embasou-se em pesquisa documental e bibliográfica, através de literatura específica e documentos do programa, além da experiência em campo desenvolvida no estágio.

No primeiro capítulo, a abordagem incide na contextualização histórica da urbanização, e sua configuração no Brasil, na perspectiva de compreender a relação com os processos ocorridos no Município/comunidade em questão. Tem destaque a problemática da segregação sócio-espacial, comum nas cidades brasileiras, onde a divisão dos territórios para cada grupo social é cada vez mais visível, bem como os processos de discriminação social. A trajetória da política pública referente à questão

urbana e a conquista do Estatuto da Cidade – primeira vez na história brasileira que há uma regulação federal para política urbana – são assuntos também debatidos.

No segundo capítulo são fundamentados conceitos como inclusão social, cidadania, a relação entre exclusão x inclusão para a compreensão do que ocorre com as populações de baixa renda que não possuem acesso ao atendimento de suas necessidades fundamentais, entre as quais a de moradia.

O terceiro capítulo faz uma contextualização do Município, descrevendo um pouco de sua história e estrutura administrativa, particularmente voltada à política habitacional. Por último, uma apresentação do Programa Habitar Brasil/BID, com a descrição de seus objetivos, estrutura e funcionamento, bem como da comunidade do Alto da Bela Vista a ser atendida.

No quarto e último capítulo estão o levantamento e a análise das possibilidades do Projeto para contribuição no processo de inclusão social das famílias atendidas, como também a ação do serviço Social para estes resultados

1. A POLÍTICA URBANA

1.1 A História da Urbanização

As cidades nascem com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação entre o homem e a natureza, pois a partir do momento em que o homem passa a fixar-se em um ponto, desenvolver a agricultura e criar raízes em determinado local, é necessário garantir o domínio constante deste território.

Ao expandirem-se as cidades e se intensificar o comércio, o sistema feudal já enfraquecido pelas pestes entra em crise e inicia-se uma contínua migração do campo para as cidades. ROLNIK (1995) afirma que a transformação da vila medieval em cidade – que é o capital de um estado moderno – vai-se operar uma reorganização radical na forma de organização das cidades. Primeiramente ocorre a mercantilização do espaço, ou seja, a terra urbana comunalmente ocupada passa a ser uma mercadoria e a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes, de um lado os proprietários dos meios de produção e, de outro, os vendedores de sua força de trabalho (proletariado).

O movimento migratório campo – cidade transforma as capitais em pólos de atração maior do que qualquer outro local. Assim, a cidade vai aumentando rapidamente a sua população e paralelamente faz crescer a miséria e as tensões sociais. Esta nova cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade de circulação; *são fluxos de pessoas, mercadorias e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios.*

A partir de então, o espaço urbano cria uma estrutura derivada da dinâmica de acumulação do capital. No entanto, SINGER (1998) aponta na direção cujo desenvolvimento das forças produtivas urbanas não pode ser pensado como um processo apenas econômico. É condicionado pela expansão da divisão de trabalho intra e interurbana, portanto, pelo tamanho e quantidade do espaço político no qual a cidade se insere. Para ele, *a urbanização apresenta um padrão diferente da industrialização, pois torna-se independente do desenvolvimento industrial regional.*

Já para OLIVEN (1982), o crescimento das cidades menos industrializadas apresenta um ritmo quase tão intenso como o das cidades mais industrializadas.

CORREA (1993, p. 7):

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro

momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e de outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Ainda segundo o mesmo autor, o espaço urbano apresenta-se, simultaneamente, fragmentado e articulado, e mantém uma relação espacial onde se manifestam, ao mesmo tempo, fluxos de pessoas, veículos, mercadorias, áreas residenciais, áreas industriais, diversos locais de trabalho, praias, parques, cultos religiosos, etc. No capitalismo, elucida-se através dos salários, juros, investimento do capital, mais valia e tem como alicerce a própria sociedade de classes e seus processos.

Todavia, ao constatar-se a fragmentação e articulação do espaço urbano, percebe-se sua expressão espacial nos processos sociais. De acordo com CORREA (1993, p.8) eis o que é o espaço urbano: *fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.*

No Brasil, a construção do espaço urbano vem ocorrendo ao longo de sua história. A transferência da família real portuguesa, em 1808, tornou o país sede da monarquia, com isso, houve uma abertura de seus portos ao comércio exterior, que resultou em um fluxo de comerciantes e viajantes estrangeiros para o país.

Para o melhor entendimento de como o Brasil iniciou sua industrialização e começou a ter uma população urbana maior, é preciso reportar-se à economia colonial brasileira. Conforme Singer (1998), esta caracteriza-se por ser desarticulada e segmentada em várias regiões, não ocorrendo um comércio significativo entre as regiões, ou seja, sem nenhuma divisão de trabalho inter-regional no país. Nesse sentido, a formação de um modo de produção urbano-industrial-capitalista no Brasil está ligada ao enfraquecimento da economia colonial e ao surgimento de uma economia de mercado.

De acordo com Oliven (1982), o Brasil se tornou independente de Portugal quando sua economia de mineração estava declinando e num período de transição para a cafeicultura na região centro-sul. Na segunda metade do século XIX, período

de crescimento das exportações de café, aumentou a mão-de-obra na agricultura de exportação, contrapondo com o declínio das atividades de subsistência e manufatura. A isto se deve acrescentar a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado e o crescimento das cidades devido às atividades de exportação. O conjunto desses fatores acarretou na formação de um mercado interno de certa importância.

Na última década do século XIX, como menciona Furtado (1972), ocorreu o primeiro surto industrial brasileiro, com o aparecimento de indústrias alimentícias e têxteis em substituição às importações. Estas indústrias se desenvolveram pelo tamanho relativamente grande do mercado interno, a abundância de matérias-primas e as medidas protecionistas implantadas pelo governo.

A criação de uma indústria de substituição de bens não-duráveis, o crescimento das cidades – que eram capitais de mercado regionais – a crise do café e do sistema baseado em combinações políticas entre oligarquias agrárias (políticas de governadores), o surgimento de revoltas sociais e militares (iniciados na década de vinte) culminaram na Revolução de Trinta.

Após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, houve no Brasil uma expansão da indústria voltada a preencher o vazio deixado pela interrupção do abastecimento do mercado interno que era praticamente todo oriundo do exterior. Com as massas urbanas necessárias, a industrialização começou a aumentar. A partir de então, cria-se um aparelho estatal mais centralizado, com o deslocamento crescentemente do poder de âmbito regional para nacional.

As massas urbanas foram manipuladas através de políticas paternalistas que tinham por objetivo manter a população sob controle. Com o novo arranjo político, foi estabelecida uma estrutura sindical manipulada e criou-se a legislação trabalhista. Conforme Oliven (1982, p. 65) *esta legislação só era aplicável às áreas urbanas, proporcionando aos assalariados das cidades um nível de vida bastante elevado em relação ao vigente no campo*. Isto funcionou como mecanismo de atração para a massa rural, que passou a constituir para a economia capitalista industrial um reservatório de mão-de-obra, ou como expressa Marx, *um exército industrial de reserva*.

A mobilização desse exército ocorreu gradativamente entre 1930 e 1945, como cita Singer (1998), e deveu-se a vários fatores, como a abolição da autonomia dos estados, a construção de rodovias ligando as principais regiões do país, que

ajudaram e estimularam as migrações internas e o declínio da taxa de mortalidade, que aumentou o exército industrial de reserva.

No entanto, o gradual deslocamento da economia brasileira do eixo agrário para o industrial não aconteceu em oposição aos interesses rurais. Embora os interesses agrários ainda possuíssem seu espaço, o setor industrial tornou-se mais dinâmico e hegemônico. Em consequência disto, a composição de classes sociais brasileiras também mudou com o crescimento das classes tipicamente urbanas, isto é, com o aparecimento da burguesia industrial, das classes médias promovidas por este crescimento, com a expansão do aparelho estatal e do proletariado industrial.

Oliven (1982) aponta que a transformação do Brasil em uma sociedade cada vez mais urbana ocorre através de vários processos. O primeiro deles é composto pela penetração de relações capitalistas no campo, acarretando a proletarização dos camponeses e agricultores mais pobres, que acabam migrando para as cidades em busca de trabalho. O segundo ocorre por meio da pressão sobre a terra, causada em certas áreas rurais, onde a implementação de melhoramentos sanitários e higiênicos ocasiona a diminuição da mortalidade infantil e, conseqüentemente, um aumento na população, que acaba não sendo absorvida pelas limitações sociais e físicas do meio rural.

O terceiro processo consiste na expansão das fronteiras agrícolas, onde as buscas de novas terras atingem as populações indígenas. Finalmente, o quarto processo é a atração que a cidade exerce sobre as populações rurais, através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho, o que é divulgado pelos meios de comunicação de massa.

Citando Singer (1998, p. 63):

Os últimos dados censitários estão revelando que continua, de forma intensa, a migração rural-urbana em quase todos os países da América Latina. As grandes tensões sociais que se supunham existirem no campo estão sendo aparentemente levadas pelos migrantes às cidades. A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de misérias – mendicância, prostituição, comércio ambulante etc. – se multiplicam. Tudo isso vai alimentar a controvérsia sobre a urbanização nos países não desenvolvidos, cujas características sociais nefastas ocasionam um pessimismo que vai adquirindo diferentes tonalidades ideológicas conforme a preferência do autor. Há os que atribuem os males da urbanização ao excessivo crescimento demográfico, à falta de reforma agrária, ao caráter demasiadamente avançado da tecnologia industrial e assim por diante.

Com o advento da industrialização da produção assistimos a um processo de urbanização em uma escala jamais vista. A aglomeração urbana de centenas e milhares de habitantes é produto de todo esse processo. Como menciona Rolnik (1995, p. 73):

Além de as grandes concentrações, de as densidades serem precedentes à população, é a indústria também que impulsiona o processo de urbanização da sociedade como um todo. A urbanização do planeta significa que, mesmo não estando dentro de uma cidade, somos atingidos por seus projéteis. Isto fica claro através dos meios de comunicação, na revolução dos transportes, na produção de circulação de bens, mercadorias e informações.

Atualmente, o mundo urbano é composto por grandes e pequenas cidades que partilham informações e dificuldades, ou seja, é possível fazer cada cidadão perceber tudo o que ocorre à sua volta e também ao redor do mundo. O inchaço das capitais e cidades industriais ocorre por causa das buscas incessantes por emprego e qualidade de vida. Entretanto, a população advinda do campo soma-se à população de baixa renda e instala-se segundo suas possibilidades financeiras e dentro dos limites impostos pelo mercado imobiliário.

Porém, o sistema capitalista vem a contribuir para a queda da mortalidade e o crescimento demográfico, assim como ajuda a manter o “exército de mão-de-obra” e o baixo nível de salários. Nesse sentido, é evidente que o processo de urbanização guia-se pelos interesses do capital, evidencia as desigualdades e contribui para sua multiplicação.

A autora ainda cita que, para o planejamento urbano, as favelas e áreas de invasão são habitações subnormais. Aquilo que o planejamento urbano chama de subnormal, a polícia chama de bandido e a sociedade de má vizinhança.

A questão então reside nas condições urbanas de vida desta população. Exploradas ao vender sua força de trabalho, as pessoas se viram como podem para viver na cidade, autoconstruindo ou com muitos suas casas, ocupando ou invadindo. Vão se organizando assim territórios populares, desde de logo marcados pela clandestinidade de sua condição. Do ponto de vista do capital, a favela ou cortiço, contradição do sistema que a reproduz e rejeita, é território inimigo que deve ser eliminado. É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque seus espaços irregulares e densos são difíceis de penetrar; dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam parasitas que se reproduzem nos esgotos a céu aberto (ROLNIK, 1995, p. 69)

Os processos de exclusão e desigualdade social tornam-se enfoques na manifestação da questão social na atualidade, e a partir da produção e reprodução de riquezas evidencia-se, através da fragilidade do sistema de proteção social, a debilidade das relações sociais frente às determinações da política neoliberal.

1.2 A Segregação Sócio-Espacial nas Cidades Brasileiras

Nas sociedades contemporâneas, as diferenças sociais definem os acessos (ou não) aos bens de serviços produzidos socialmente, diferenças essas significativas nos países da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é restrito, onde grande parcela da população fica excluída, não possuindo renda para pagar aluguel ou comprar um imóvel.

A população de baixa renda, ao migrar para os grandes centros, acaba se instalando nas favelas e é na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se agentes modeladores que produzem seu próprio espaço. Como explica Correa (1993) *a produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência*. Assim, a favela corresponde a uma solução de um problema duplo, o da habitação e o de acesso ao local de trabalho.

Hoje fica fácil identificar territórios diferenciados, de acordo com Rolnik (1995, p. 40), *é como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeça feito de peças diferenciadas onde cada um conhece o seu lugar e se sente estrangeiro nos demais*. *Este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial*.

Rolnik (op. cit.) ainda verificou que na dinâmica da cidade medieval não havia segregação, uma vez que ricos, nobres, servos, escravos e senhores poderiam estar próximos fisicamente, porque as distâncias que os separavam eram expressas de outra forma, como o modo de vestir, a gestualidade, a atitude arrogante ou submissa – e, no caso brasileiro, também na própria cor da pele.

Porém, a segregação social só começou a ficar evidente com o avanço da mercantilização da sociedade e da organização do Estado Moderno. A separação do local de trabalho e do local de moradia gerou bairros exclusivamente residenciais e homogêneos e bairros de negócios. Todo esse movimento foi impulsionado pela dispersão do trabalho assalariado. Já no final do século XIX, com a crise da escravidão em algumas cidades brasileiras e a expansão do trabalho livre, deu-se um impulso à lógica segregadora.

Em Rolnik (idem, p. 48):

Se na relação mestre/aprendiz ou senhor/escravo a convivência é um elemento essencial, na relação patrão/empregado esta é definida pelo salário. Com ele, o trabalhador paga seu sustento – seu teto, sua comida. Esta é a condição para que seu território se separe fisicamente do território do patrão. Isto se dá porque se rompe um vínculo e porque cada qual comprará no mercado imobiliário a localização que for possível com a quantidade de moeda que possuir.

A segregação é ainda maior na separação de territórios para cada grupo social, e é nesse sentido que se organiza o espaço da moradia. Para os membros da classe dominante, a proximidade com o território ocupado pela população de baixa renda é uma ameaça permanente de contaminação e desordem. Deste modo, a proximidade a estas áreas é por eles evitada. *O processo de segregação acaba criando possibilidades de organização de território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade.* (ROLNIK, 1995).

Conforme aponta Castells (1983) *segregação residencial é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas.* Em suma, é um processo originado da localização diferenciada nos espaços urbanos das classes sociais fragmentadas, ou melhor, da cidade capitalista.

As áreas sociais derivam das diversas soluções que as classes sociais, ou pelo menos parte dela, encontram para extinguir os problemas de como e onde morar. (CORREA, 1993) Contudo, estas ações não derivam de uma ação autônoma por parte das classes sociais que se deparam com a problemática da produção de habitação. Esta é uma mercadoria, com valor de uso e troca, sujeita aos mecanismos de mercado. *Seu caráter especial aparece na medida em que depende de uma outra mercadoria – a terra urbana – cuja produção é lenta e cara e exclui grande parcela da população a seu acesso.*

Ainda segundo Corrêa (op. cit.): *A classe dominante, ou parte dela, segrega os grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano, atuando indiretamente através do estado.*

Nesse contexto, a intervenção do Estado torna-se indispensável através de financiamento aos consumidores (público alvo) ou na produção direta de habitações. Essa intervenção acontece de forma paliativa e segmentada. *Ao mesmo tempo em que para os equipamentos de saúde há o indivíduo saudável, para a legislação urbana há a casa saudável, o bairro saudável.* (ROLNIK, op. cit.) As casas e bairros das cidades brasileiras só podem ser construídos se obedecerem a um determinado padrão que esteja completamente adaptado à ocupação capitalista da terra.

Correa (1993) enfatiza ainda que é permitido falar em auto-segregação e segregação imposta. A primeira trata da classe social dominante e a última está relacionada aos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são praticamente nulas. Dessa forma, a segregação aparece exercendo um papel duplo, com a manutenção dos privilégios da classe dominante e como meio de controle social sobre os outros grupos sociais.

Este controle está vinculado à necessidade de manter os grupos sociais que desempenham papéis a eles destinados dentro da divisão social do trabalho, papéis impostos pela classe detentora de poder, haja vista necessidade de se reproduzir as relações sociais de produção. A segregação social viabiliza o controle do processo de produção do espaço urbano pela classe dominante e a reprodução das relações de dominação.

Os espaços permeados por desigualdades sociais, geralmente apresentados nas regiões metropolitanas brasileiras, são resultantes, principalmente, da má distribuição de renda. Como cita Sugai (2002, p. 12):

Nos espaços intraurbanos que o separatismo social adquire visibilidade através da segregação espacial, estudos recentes sobre a criminalidade e a violência urbana sugerem que a disseminação da violência mantém uma estreita relação com a segregação espacial, a qual contribui para ampliar o conflito. O fenômeno das segregações que "destroem morfologicamente a cidade e ameaça a vida urbana", não resultam de acasos e nem de conjuntura locais, alertava Lefebvre. A segregação prevalece porque "social e politicamente, as estratégias de classe visam à segregação".

As relações que predominam, portanto, nas atuais sociedades tendem a gerar uma prática seletiva de espaços, sobretudo nos espaços urbanos. Onde as pessoas estão cada vez mais são condicionadas a viver cercadas por muros imagináveis. É preciso compreender como estas questões se apresentam no contexto local, para que nas políticas públicas possam promover a alteração desta

no caso do município de Palhoça.

1.3 Políticas Públicas Relacionadas à Questão Urbana

É comum as cidades brasileiras apresentarem um contraste entre uma parte que possui acesso aos bens de serviços e infra-estrutura urbana e aquela cujo acesso é restrito (situação que predomina no país.) Para Rolnik (2002, p. 54) esse quadro de antagonismos entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias sem mínimas condições de uma vida digna, corresponde a uma situação de exclusão territorial.

Na maior parte das situações, a população de baixa renda dispõe de poucas possibilidades: ou instalar-se em terras periféricas, de baixo valor comercial e sem infra-estrutura adequada, ou então ocupar áreas de preservação ambiental permanente, que, em tese, não poderiam ser urbanizadas.

De acordo com relatório da ONU (2003), as políticas públicas para as áreas urbanas precisariam ser inclusivas e deveriam envolver os próprios favelados na identificação de seus problemas e na implementação de soluções. O relatório dá ênfase à importância da segurança nas moradias e visa convencer as pessoas a investirem em suas próprias comunidades, para somente assim o desenvolvimento econômico e urbanístico ser promovido.

A trajetória do planejamento urbano brasileiro tem seu início com a formação da república brasileira. A população, essencialmente agrária, tinha necessidade de se firmar como nação independente, o que fez da burguesia local um investidor na reformulação da capital brasileira, até então o Rio de Janeiro. Grandes avenidas foram construídas, cortiços demolidos, mas, sem desviar da principal preocupação de seus planejadores: a questão da higiene pública, alvo principal de moradias da população de baixa renda.

Na década de 1930, foi contratado um arquiteto francês, Alfred Agache, a fim de elaborar um plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se de um plano que englobasse o espaço urbano, e que, pela primeira vez, sugeriu a transferência das favelas centrais para a região periférica. Constatou Pereira (2003) que, o pensamento Agacheano do urbanismo dito modernista encontrou no Brasil área propícia para atuação. Neste sentido, foram definidas as quatro funções básicas da cidade: habitar, trabalhar, recrear-se e circular.

De acordo com este autor, na década de 60 começou, como definiram os urbanistas, o Desenvolvimento Integrado, no qual o planejador deixa de ser o

intelectual ou militante engajado num projeto político e social para ser um técnico que aplica princípios e normas racionalizadoras. Com isso perde-se o caráter político e ganha ênfase a visão tecnicista.

No final dos anos 70, iniciaram os questionamentos acerca desta forma de planejamento. *A partir de então, crê-se que os problemas urbanos são muito menos consequência da falta de organização espacial e muito mais resultantes da concentração de renda e de investimentos, em termos sociais e espaciais e a solução deles passava pela própria reformulação do padrão de crescimento do país* (PEREIRA, 2003).

Oriundo deste contexto, ainda na década de setenta, surgiu o chamado movimento de reforma urbana, cuja necessidade centrou-se na criação de uma política urbana que envolvesse todas essas questões.

Chegada a década de 80, instituiu-se a Articulação Nacional do Solo Urbano, que culminou com a apresentação de uma ementa popular para reforma urbana por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, firmada por 160000 assinaturas e que contou com o esforço de várias entidades nacionais, como a Federação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos, Movimento de Defesa do Favelado, entre outras. Este documento apresentava dentre seus objetivos, a criação de uma política habitacional que desenvolvesse programas habitacionais com finalidade social, como aluguel ou prestação da casa própria proporcional à renda familiar e a solicitação de instrumentos para regularização de áreas ocupadas.

Neste período também o governo federal, ao se interessar pela formulação de uma política urbana, criou a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, transformada mais adiante em Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – na época, agência governamental responsável pela formulação dessa política. De acordo com Diniz (1982), tal política foi marcada, predominantemente, pela idéia de organização do território, com ênfase na necessidade de redistribuição da população e das atividades no território nacional. Assim, a importância dos movimentos sociais evidenciou-se para as conquistas populares. Jacobi (1989, p. 13):

Os movimentos sociais urbanos são interpretados e valorizados nas maiorias dos trabalhos, porque representam a presença dos excluídos... A participação popular passa a ser valorizada como um fim em si mesmo, expressando a emergência de atores políticos novos com um estilo de participação alternativa aos padrões institucionais.

→ A luta pela reforma urbana tem sido constante no campo político e institucional do Brasil. Com a Constituição de 1988 assinalou-se um capítulo na política urbana representado pelos artigos 182 e 183. Desde o início dos anos 90, mesmo antes da aprovação, no Senado Federal, do projeto de lei do senador Pompeu Souza, denominado **Estatuto da Cidade**, o Fórum Nacional da Reforma Urbana contribuiu para elaboração de um projeto de lei que defendesse o direito à moradia às pessoas que estivessem na posse de áreas públicas, dentre outros instrumentos a garantir direitos à população urbana, principalmente a de baixa renda.

Consta no site da Câmara dos Deputados que o ano de 1999 foi um momento fundamental para o processo de elaboração da lei de desenvolvimento urbano. O marco histórico possibilitou a construção de um substitutivo ao Estatuto da Cidade na Comissão de Desenvolvimento Urbano, abrangeu diversas propostas do Fórum Nacional de Reforma Urbana, visou a regulamentação dos instrumentos de política urbana, de regularização fundiária e da gestão democrática da cidade.

Já com algumas modificações, o Estatuto da Cidade foi analisado pela Comissão de Constituinte e Justiça no ano de 2000, principalmente no que se refere aos aspectos legais e constitucionais. Entretanto, algumas críticas surgiram a respeito do instrumento de concessão de uso para fins de moradia e reforma urbana, tanto no aspecto político, urbanístico e legal. Desta maneira, o Fórum Nacional da Reforma Urbana defendeu com garra a manutenção dos referidos instrumentos destinados a garantir a função social de propriedade e cidade.

Após mais um ano de luta a Lei nº10257 foi aprovada, transformada no que hoje é o **Estatuto da Cidade**, sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, no dia 10 de julho de 2001 e publicada em 10 de outubro. Seus objetivos almejam regulamentar os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 88 e determinar as diretrizes gerais para política urbana.

Citando o Art. 2 do Estatuto da Cidade :

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito das cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações.

Pela primeira vez na história o país aprovou uma regulação federal para a política urbana. Foram onze anos de luta para o congresso aprovar o Estatuto da Cidade, o que comprova a dificuldade de implementarem-se políticas públicas no cenário brasileiro que contrariem os interesses econômicos dominantes. Conseqüentemente, os municípios passaram a dispor de uma regulamentação para a política urbana, o que pode levar a grandes avanços, visto que o Estatuto coloca à sua disposição uma série de instrumentos capazes de intervir no mercado de terras, nos mecanismos de produção da exclusão e instrumentos de combate às especulações imobiliárias.

Concordam Rolnik e Sauler (2003, p. 2):

Grande parte das nossas cidades é constituída por assentamentos irregulares ou clandestinos, que vem contrariar os padrões legais da urbanização. Embora a urbanização de favelas seja defendida e praticada há décadas - a titularidade definitiva dessas áreas para seus verdadeiros moradores vem esbarrando em processos judiciais intermináveis e enormes dificuldades de registros junto aos cartórios. Para enfrentar essa questão, o Estatuto prevê a regulamentação do usucapião urbano para regularizar posses em terrenos privados (artigos 9 a 12).

Os resultados identificados na aplicação dos instrumentos propostos no Estatuto são muitos, como evidenciam os mesmos autores (op. cit.): a democratização do mercado de terras, o adensamento das áreas mais centrais e melhor infra-estruturadas, a regularização dos imensos territórios ilegais.

Do ponto de vista político, os setores populares ganham muito, na medida em que a urbanização passa a ser adequada e legalizada nos assentamentos mais pobres, é vista como direito e deixa de ser objeto de barganha política – o que arriscaria cair-se no velho paternalismo ainda presente em grande parte das relações públicas nacionais.

O estatuto abre um leque de possibilidades para a prática de planejamento e gestão urbana, mas depende, fundamentalmente, de seu uso eficaz em nível local, pois é um instrumento e não a solução por si só. Sem vontade política e mobilização da sociedade civil organizada, o Estatuto da Cidade descaracteriza sua finalidade primordial.

Por outro lado, sua conquista não pode ser considerada uma vitória total, dada necessidade de se continuar uma ação firme nesta longa jornada, onde a

população assuma a causa, com comprometimento, fiscalização e implementação efetiva da lei para que dela se possa desfrutar de cidades mais justas e igualitárias, de forma a permitir o acesso aos bens de serviços para toda sua população, não apenas para a minoria dominante.

2. INCLUSÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO E HABITAÇÃO POPULAR

2.1 A Inclusão Social Como Condição à Cidadania

Inclusão social remete e contrapõe-se ao conceito de exclusão, uma vez que *exclusão e inclusão fazem parte de uma mesma realidade, pois o excluído só o é de uma inclusão*. (SPOSATI, 2002) Nesse sentido, conceitos como exclusão e inclusão social serão abordados a fim de auxiliar a compreensão do presente objeto de estudo.

Conforme Dupas (2002, p. 16), *as grandes alterações na lógica da produção global têm impactos não somente em nível macroeconômico, mas também em nível local*. O padrão atual de acumulação do capital, na era das tecnologias de informação, vem transformando de forma dramática o conceito de ocupação, principalmente, nas sociedades ocidentais. E é justamente aí que o emprego desempenha um papel central, não somente no que se tange à obtenção de renda, mas também na integração social do indivíduo e na própria formação de sua identidade pessoal – e é assim que a mudança em determinados padrões tem causado perturbação.

O Estado, após o período pós-guerra, rediscutiu sua função de guardião das garantias sociais devido ao fato de estar passando por uma reestruturação, quando o sentimento de desamparo ficou mais intenso entre a população. Nesse contexto complexo de globalização e de alteração do papel do Estado surgiu uma determinada preocupação com o fenômeno chamado exclusão social. (idem)

O autor destaca que, além de estar marcado por transformações de caráter subjetivo e econômico, o conceito que cada sociedade formulará a respeito da exclusão social será influenciado também por questões sociológicas – isso faz com que a definição de exclusão social considere especificidades locais. Estas dizem respeito não apenas ao contexto institucional (existência de Estado de bem-estar social) e econômico (se são países ricos ou pobres, se a distribuição e renda é ou não muito desigual, se a economia do país está crescendo ou está estagnada), mas também ao entendimento que cada sociedade tem sobre o que possa ser a integração social.

Silver (apud DUPAS, 2002) aponta que a concepção de exclusão está no modo como cada sociedade vê a ordem social. Nessa direção, a autora sugere três formas diferentes de entender a integração social, cujas concepções estariam

ligadas a uma filosofia política específica: “paradigma da solidariedade” associado ao republicanismo, “paradigma da especialização” ao liberalismo e o “paradigma do monopólio” à social democracia.

No “paradigma da solidariedade” a exclusão é vista como quebra do vínculo social entre indivíduos e sociedade. Cabe ao Estado a obrigação de ajudar na inserção dos excluídos. No “paradigma da especialização”, a exclusão reflete discriminação. Não haveria exclusão caso os excluídos pudessem transitar livremente pelas categorias sociais, possibilidade essa que o Estado deve garantir. No “paradigma do monopólio”, a exclusão seria a consequência da formação de monopólios de grupos sociais (processo *social closure*). A desigualdade seria mitigada pela cidadania social-democrática, que levaria à participação de todos na comunidade. SILVER (apud DUPAS, 2002, p. 18)

Cada uma dessas visões suscita uma concepção diferente de exclusão social e delega diferentes responsabilidades acerca da inclusão daqueles considerados excluídos. Para GARRY ROGERS (apud DUPAS, 2002, p.19):

A discussão sobre exclusão social apareceu na Europa na esteira do crescimento dos sem teto e da pobreza urbana, da falta de perspectiva decorrente do desemprego de longo prazo, da falta de acesso a empregos e rendas por parte de minorias étnicas e imigrantes, da natureza crescentemente precária dos empregos disponíveis e da dificuldade que os jovens passaram a ter para ingressar no mercado de trabalho.

Toda essa problemática está relacionada à globalização e à revolução tecnológica vigente, basicamente poupadora de mão-de-obra. Dentro desse contexto, emerge uma nova massa, os excluídos, pessoas que ficam à margem do sistema. Se antes a grande preocupação era a condição de exploração nas quais a inserção se dava, agora se transformou em dificuldade de encontrar formas de inserção, sejam elas quais forem.

A abordagem de exclusão social é em sua essência “multidimensional”, incluindo uma idéia de falta de acesso não só a bens de serviços, mas também à segurança, à justiça, à cidadania. Ou seja, relaciona-se a desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas, entre outras. O autor aponta vários níveis nos quais se pode estar excluído: a) exclusão do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo); b) exclusão do trabalho regular (parcial e precário); c) exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários; d) exclusão ao acesso a bens de serviço (inclusive públicos); e) exclusão dentro do mercado de trabalho; f) exclusão da possibilidade de garantir a sobrevivência; g) exclusão do acesso à terra; h) exclusão em relação à segurança, em três dimensões: insegurança física, insegurança a relação à sobrevivência (o risco de perder a possibilidade de garanti-la) e insegurança em relação à proteção contra contingências; i) exclusão dos direitos humanos. (op.cit.)

O conceito de exclusão social tem várias dimensões, o que pode caracterizar o indivíduo como excluído em determinadas situações e em outras não. Um exemplo disso seria aqueles que, por terem sido levados a ingressar no mercado de trabalho muito cedo (inclusão), não desenvolveram as habilidades necessárias à obtenção de “bons” empregos (exclusão).

Os excluídos fazem parte de um contingente populacional cada vez mais crescente, que não encontram lugar no mercado de trabalho, não possuem acesso aos bens de serviços e, muito menos, a uma moradia digna.

No campo internacional, a passagem do domínio do termo pobreza para a exclusão significou, em grande parte, o fim da ilusão de que as desigualdades sociais eram temporárias... A exclusão emerge, assim, como no campo internacional, como um sinal de que as tendências do desenvolvimento econômico se converteram. Agora – e significativamente – no momento em que o neoliberalismo se torna vitorioso por toda a parte, as desigualdades aumentam e parecem permanecer. (NASCIMENTO, apud WANDERLEY, 1997, p. 77)

No Brasil, as altas taxas de concentração de renda e de desigualdade são persistentes e convivem com o efeito cruel do fenômeno desemprego estrutural. Como cita Wanderley (1997), se, de um lado cresce cada vez mais a distância entre excluídos e incluídos, de outro a distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perderem seus direitos adquiridos. O Estado não tem condições de assegurar os direitos sociais, mas todo esse contexto está embasado na tendência da política neoliberal de diminuição da ação social do Estado.

O combate à exclusão torna-se ainda mais urgente por causa desta política vigente. Algumas medidas cabíveis no seu enfrentamento seriam a promoção de níveis de proteção visando garantir o exercício da cidadania, condições de inclusão que rompam com práticas discriminatórias e de subordinação. Como afirma SPOSATI (2001, p. 78), *é preciso entender que inclusão social não é só econômica, apesar de vivermos em uma sociedade de mercado onde a economia é central. A inclusão é política, cultural, social, ambiental, econômica, religiosa, de gênero, de escolhas, isto é, tem múltiplas facetas.*

Ainda para a autora (op.cit., p. 77):

Só teremos inclusão, ou movimento, uma ética social, parametrada na inclusão social, quando ocorrer a possibilidade: da igualdade de gênero sem machismo ou feminismo, sem até mesmo precisar de cotas; da igualdade etária sem o descarte do velho e a inclusão da efetiva atenção aos direitos

da criança e do adolescente sem chamá-los de menor; da tolerância religiosa; da igualdade étnica; quando entendermos que todos temos o mesmo genoma humano, pois a cor da pele é parte da beleza e da multiplicidade da forma do gênero humano, lembremos, sempre, que é o nazifascismo quem hierarquiza as etnias.

Sposati (2002) elabora um mapa da exclusão/inclusão social para a região de São Paulo, onde trabalha o referencial da utopia de inclusão social que é uma construção qualitativa que supõe alguns campos teóricos.

Inicialmente, a autora trabalha o conceito de **autonomia** como capacidade e possibilidade do cidadão suprir suas necessidades vitais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado – onde parte da satisfação das necessidades deve ser adquirida – e com o Estado, responsável por assegurar outra parte da satisfação das necessidades.

As principais deficiências sociais tendem a extinguirem-se com a promoção do exercício da liberdade individual, o reconhecimento da dignidade humana e a possibilidade de representação pública e partidária dos interesses peculiares e coletivos sem serem obstaculizados por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão.

Relevando tais considerações, o campo da autonomia inclui, principalmente, a capacidade do cidadão de se auto-suprir, desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas, e a de usufruir segurança social pessoal (mesmo quando na situação de recluso ou apenado), ou seja, imergir no campo dos direitos humanos fundamentais.

No segundo campo teórico, a autora aborda a **qualidade de vida** envolvendo duas questões centrais: a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. A qualidade de vida é entendida como a possibilidade de melhor redistribuir a riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade, com a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo.

Sposati explora, no terceiro campo, o **desenvolvimento humano** realizado pela ONU por meio do Indicador do Desenvolvimento Humano (IDH). O desenvolvimento humano é visto enquanto possibilidade de desenvolvimento de potencial humano individual acessível a todos os cidadãos de uma sociedade, porém, com o menor grau possível de privação.

O quarto campo destina-se ao conceito de **eqüidade**, concebido como reconhecimento e efetivação da igualdade, dos direitos da população, sem restringir o seu acesso nem estigmatizar as diferenças que formam os diversos segmentos que a compõem. Desse modo, a probabilidade de as diferenças serem manifestadas e respeitadas sem discriminação é interpretada como eqüidade, uma condição que favorece o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, política, etnia, religião, cultura, de minorias, etc.

A **cidadania** constitui o debate do quinto campo, conceituada pela autora como o reconhecimento de acesso a um conjunto de condições básicas para que a identidade de morador de um lugar se construa pela dignidade e solidariedade e não apenas pela propriedade.

Por fim, o sexto campo abocanha **democracia** enquanto veículo possível para o exercício democrático que é componente da inclusão local na medida em que esta supõe cidadania, e não acesso à renda e a serviços, o que coloca as pessoas no patamar da sobrevivência, sem alcançar a condição de sujeitos cidadãos.

Sposati discute esses campos como referenciais no processo de inclusão social. Para a autora não é suficiente ter moradia, se não houver acesso aos bens de serviço, a participação popular, e os movimentos reivindicatórios fazem-se necessários, ou ainda, o exercício da cidadania.

Atualmente este assunto é debatido em todas as interfaces das sociedades contemporâneas, está presente na fala de quem detém o poder político, nos meios de comunicação e também no discurso da população de baixa renda que vem reivindicar saúde, educação, saneamento básico, fim da discriminação social, racial, enfim, na defesa dos direitos sociais.

No Brasil, dentro da concepção tradicional de cidadania, lamentavelmente, cidadão é aquele que nasce em nosso país ou o que tem capacidade ou direitos políticos. No entanto, o conceito de cidadania é muito mais amplo – é aquele em que todo ser humano pode reivindicar e concretizar seus direitos. Só há cidadania se houver prática de reivindicação, apropriação de espaços e efetivação dos direitos do cidadão.

Na Constituição Brasileira foi criado um capítulo para os direitos sociais, que enumerou, dos artigos 6º ao 11º, vários princípios constitucionais para assegurar os direitos dos cidadãos. De acordo com MARSHALL (1967), os direitos sociais foram incorporados ao status cidadania objetivando a redução das diferenças de classe e

maior igualdade social e econômica.

Já COVRE (1991) diz que não pode haver cidadania se não houver um salário condigno para a grande maioria da população. O trabalhador, enquanto mercadoria, deve lutar para obter certa equivalência na troca estabelecida com o capitalismo e o Estado. É preciso que ele tenha acesso aos bens que complementam sua vida e aos que compõem os chamados direitos sociais. Mas é necessário que também existam mínimas condições democráticas para reivindicar seu direito de ser cidadão e de, enquanto tal, poder lutar por quaisquer de seus direitos.

Contudo, o Estado burocrático que favorece a centralização administrativa subordina a sociedade civil através das relações paternalistas, cujo autoritarismo e clientelismo reforçam essa cultura de subordinação. Porém, é preciso identificar as maneiras de intervenção nessa realidade para o fortalecimento das reivindicações populares, pois o verdadeiro exercício da cidadania dá-se quando o cidadão faz prevalecer seu direito em benefício próprio e no de sua coletividade.

SOUZA (2003) elucida que o homem enquanto cidadão está juridicamente circunscrito por um conjunto de direitos e deveres definidos por lei que devem ser respeitados e atendidos para que, definitivamente, se materialize a cidadania. E nesta perspectiva se circunscreve o acesso à cidade e o direito a uma moradia digna.

2.2 A Habitação e a inclusão Urbana

A política habitacional, inserida na política urbana, vem tendo visibilidade em consequência aos movimentos sociais que reivindicam respostas às demandas relativas à moradia e a equipamentos e serviços urbanos.

De acordo com SOUZA (2002), os movimentos reivindicatórios pelo direito à habitação surgem em virtude do não atendimento da clientela popular pelas políticas públicas. As primeiras aquisições de abrigo marcaram uma fase de ida às favelas, cortiços, casas precárias, ocupações e invasões, sempre de má qualidade habitacional e sem redes de infra-estrutura e serviços.

GONÇALVES (2000, p.252), enfoca que as cidades são pontos de convergência de fluxos migratórios do homem do campo para os centros urbanos mais prósperos ou mais próximos, em virtude da expansão e penetração do capitalismo no campo. Portanto, a habitação torna-se cada vez mais inacessível para o trabalhador de baixa renda e também para a classe média, em virtude do arrocho salarial, do desemprego – que já se tornou um problema estrutural – e da política econômica estabelecida pelo Estado.

A questão da moradia é um problema social antigo que sempre atingiu de forma concreta e bem semelhante as classes sociais oprimidas em todos os tempos. ENGELS (1984) direciona a um agravamento e afloramento da questão quando esta passou a atingir, além dos proletários, outros segmentos de classe em decorrência do processo de industrialização. Destarte, acabou por transformar-se num problema estrutural do modo de produção capitalista em decorrência da desigualdade na distribuição de renda e na acentuação da miséria ao lado da expansão da riqueza e da dificuldade das pessoas em suprirem suas necessidades básicas.

Para Campos Filho (1999, p. 53):

A escassez de recursos públicos destinados às cidades ao longo das décadas vem acumulando um brutal déficit na oferta de infra-estrutura e serviços urbanos e as poucas áreas que recebem esses melhoramentos públicos, que, em geral, no Brasil, são as áreas mais centrais, supervalorizam-se pela enorme diferença de qualidade que oferecem face às áreas periféricas. Essa escassez de recursos públicos destinados às cidades provoca, assim, a ampliação da renda diferencial imobiliária, traduzida na ampliação da diferença de preços de terrenos, de imóveis construídos e de seus aluguéis.

A ocupação coletiva de terras desocupadas públicas ou privadas tornou-se a

única saída para a população de baixa renda se abrigar a baixos custos. Conforme Souza (2002) a falta de habitação agrava a crise social por meio da desestruturação emocional, psicológica e familiar que provoca, pois, sem habitação, o indivíduo perde a identidade indispensável ao desenvolvimento de suas atividades enquanto sujeito social.

De acordo com Fraga (2003), a produção do solo urbano no modo de produção capitalista está pautada na especulação que, por sua vez, é alimentada pelas ações do Estado. É no espaço urbano onde as desigualdades sociais se configuram. Para ela, o direito à moradia não se restringe a apenas um teto, mas ao direito de morar em um local adequado, com acesso a serviços básicos como água, luz, captação de esgoto, transporte, pavimentação de ruas, escolas, creches, centro de saúde e áreas de lazer.

A necessidade das pessoas, na busca por sua inserção no espaço urbano, vai além da casa. As pessoas querem ser incluídas nas cidades enquanto sujeitos e atores sociais que participam das relações sociais e da dinâmica da cidade, vivenciando-as. Além disso, desejam usufruir os espaços coletivos, serviços e equipamentos públicos.

A essência do termo habitação prevê o direito dos cidadãos em ter um endereço, participar de relações da cidade, reivindicar melhores equipamentos para sua comunidade, formar uma associação de moradores, isto é, **a habitação é um direito de cidadania que cada indivíduo possui**. A inclusão de pessoas ditas excluídas pelo sistema capitalista precisa ocorrer de forma articulada com todas as Políticas Públicas gerenciadas pelo Estado. A habitação é uma dessas políticas a ser asseguradas pelo Estado, bem como o acesso aos bens de serviços, sem os quais não há cidadania.

O espaço urbano é permeado por diversas desigualdades. Grande parte da população não participa da dinâmica da sociedade por não estar inserida no mercado formal de trabalho ou não possuir condições dignas de sobrevivência. De todo esse contexto, emerge um desafio em se fazer com que o Estado garanta os serviços mínimos e desenvolva ações que proporcionem a inclusão desta parcela populacional.

3. O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E SUA POLÍTICA HABITACIONAL

3.1 Contextualização do Município

O município de Palhoça, fundado em 31 de julho de 1793, possui atualmente uma área de 322,7 km². Hoje pertence à região conurbada da Grande Florianópolis, vizinho dos municípios de São José, Santo Amaro da Imperatriz e Paulo Lopes.

Palhoça era ponto de parada para as tropas que transportavam mercadorias entre o litoral e o planalto catarinense. O nome do município teve origem nas casas construídas a pau-a-pique com cobertura de palha, denominadas *palhoças*, comuns na época. Em 1884, Palhoça emancipou-se do município de São José e foi elevada à categoria municipal e, em 19 de outubro de 1906, transformou-se em comarca.

O crescimento da cidade firmou-se numa região de manguezais, que foi gradativamente aterrada para sua ocupação. O Município não foi planejado, em princípio, correspondia ao plano comum às vilas açorianas. Entre o final do século XIX e início do XX, imigrantes alemães e italianos contribuíram com o quadro de expansão urbana.

Palhoça possui sua geografia alongada no sentido norte/sul, estendendo-se desde os limites com São José até os balneários da Pinheira e Guarda do Embaú, que também constituem o Município ao sul. Aproximadamente 73% de seu território encontra-se em áreas de preservação permanente, com extensos mangues, que hoje tentam resistir às inúmeras invasões.

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, maior e mais importante unidade de conservação do Estado, é um destaque de preservação ambiental considerável. Sua abrangência reside nos municípios de Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes.

Sua população vem apresentando um aumento significativo. Em 1991, possuía 68.430 habitantes, em 1996 passou para 81.176 habitantes, e, de acordo com o censo demográfico de 2000, a população de Palhoça contou 102.286 habitantes, dos quais 95,27% (97.458 pessoas) vivem em áreas urbanas e 4,63% na área rural (4.828).

Esse aumento na população justifica-se em decorrência da freqüente migração de municípios do interior do Estado, principalmente da região serrana. Nos últimos anos houve um aumento na chegada de famílias naturais do estado do Paraná. Estas famílias vêm em busca de melhores oportunidades de empregos,

fruto da imagem veiculada pela mídia sobre a qualidade de vida em Florianópolis. Porém, dadas as dificuldades de instalação na capital, restam os municípios vizinhos, como é o caso de Palhoça.

Palhoça é receptor natural dos novos contingentes migratórios advindos da região metropolitana, assentando-se em no seu território, pois, com a extensa área de preservação permanente que o município de Palhoça dispõe, existem algumas áreas "desocupadas". A falta de uma fiscalização ativa torna-se alvo fácil para os migrantes e gera as ocupações chamadas subnormais.

O censo do IBGE de 1991 catalogou parte dessa população. Cerca de 42,27% possui uma renda mensal que não ultrapassa aos três salários mínimos, o que evidencia o alto índice de pobreza e, conseqüentemente, gera uma grande demanda por mais ofertas de serviços públicos básicos a serem supridos pelo Município.

Quanto a sua densidade demográfica, Palhoça já apresentava, em 1996, a terceira maior densidade demográfica da região e uma das mais altas do Estado. Atualmente a taxa chega a 316,08 hab/km². Mas, se abstrair-se os 73% referentes à área de preservação permanente, a densidade relativa imposta pelas restrições de ocupação ambiental definida saltaria para 1.176 hab/km².

Vale ressaltar a não compatibilidade da organização espacial atual com aquela permitida pelas restrições legais, o que acentua ainda mais a necessidade de uma ação urgente e sistemática voltada à reorganização do processo de ocupação sócio-espacial do Município.

A sede da Prefeitura Municipal permanece no mesmo local desde sua emancipação. Segundo Diagnóstico do Município, em 2001, a municipalidade vive uma situação difícil em questões financeiras e até administrativas. Assim, a revisão da estrutura administrativa, a capacitação dos servidores e a instrumentalização da administração mostram-se necessárias e permanentes.

Grande parte dos recursos provenientes de sua arrecadação é consumida em custeio fixo, fator que implica num restante precário para aplicações em melhorias da infra-estrutura municipal. Por isso, a administração atual estabeleceu como indispensável a concentração de esforços no aumento da arrecadação própria.

A função industrial concentra-se, principalmente, no Distrito Industrial localizado às margens oeste da BR 101. Este setor é representado por iniciativas privadas de pequeno e médio porte, com destaque para o setor moveleiro. A área

industrial, implantada há mais de uma década, emprega, hoje em dia, mais de mil trabalhadores.

No setor primário, o Município é conhecido por sua aqüicultura notória no cultivo de mexilhões, ostras e algas. Palhoça também desenvolve sua agricultura e faz parte do chamado “Cinturão Verde da Grande Florianópolis”, com destaque na oleicultura e na produção de hortaliças – inclusive de cultivo orgânico, e destaque regional para a produção de tomate.

Suas características naturais revelam grandes potencialidades turísticas, como por exemplo, a Serra do Tabuleiro, ambientes de vegetação costeira, praias, que poderiam ser melhor implementadas e aproveitadas.

3.2 A Política Habitacional do município de Palhoça

Palhoça, nas últimas décadas, vem apresentando um crescimento acelerado, fruto de um processo conjuntural (envolvendo aspectos também estruturais) de urbanização, e, por conseqüência, uma ocupação desordenada de seu território devido à falta de um planejamento espacial e sócio-econômico, segundo consta no Diagnóstico do Município (2001).

A área central de Palhoça encontra-se delimitada entre a rodovia BR101 e uma extensa área de manguezais. O crescimento acelerado sofrido – e ainda sob processo – motiva-se pelo esgotamento e supervalorização de áreas residenciais nos vizinhos São José e Florianópolis.

O custo elevado dos terrenos dotados de infra-estrutura aliado à falta de áreas livres destinadas ao assentamento da população de baixa renda impulsionam esta população a residir em periferias do Município, sob condições mínimas de moradia, na ocupação de áreas qualificadas como preservação e de risco.

A administração tentou várias alternativas possíveis na interferência desse processo, para efeitos de fiscalização e controle. No entanto, Palhoça ainda não possui estrutura logística e de recursos humanos para conter o fluxo cada vez maior de migrantes que diariamente alojam-se no Município.

A partir desta conjuntura, em 1993 foi criada a Secretaria de Migração, Habitação e Meio Ambiente, cujo objetivo maior era elaborar uma política habitacional que possibilitasse às famílias de baixa renda o acesso a uma moradia própria e adequada, e, ao mesmo tempo, criasse estratégias de combate à invasão de áreas de preservação permanente. Contudo, em função de alguns entraves políticos e econômicos daquele momento, os objetivos não foram alcançados.

A gestão atual criou, em substituição, a Secretaria de Infra-estrutura e Meio Ambiente, com diretorias específicas para as áreas de meio ambiente e habitação. Entretanto, como cita o Diagnóstico do Município, para que ocorra uma mudança no panorama urbano faz-se necessária uma atuação efetiva e estratégica de todos os setores administrativos em concordância.

Um levantamento realizado no ano de 2000, pela equipe da Unidade Executora Municipal, verificou que o déficit habitacional era de, aproximadamente, 5.630 moradias. A pesquisa constatou que estas famílias eram moradoras de assentamentos subnormais ou famílias que não possuíam casa própria.

No Município, a “subnormalidade” é a forma mais problemática de ocupação do solo, devido ao fato de essas ocupações ocorrem em terrenos públicos, como áreas verdes, mangues e demais áreas de preservação ambiental – faixas de domínio e serviços públicos, ou até mesmo, localizadas em terras privadas. Em 2001 havia 37 áreas de assentamentos irregulares, destes, 17 em áreas de preservação permanente.

No ano de 2000 foi agregado ao Município uma área com mais de 1000 famílias, que moravam em condições bastante precárias, sem nenhuma infraestrutura básica. Esta comunidade, conhecida como Frei Damião, pertencia até aquele ano ao município de São José, e, através de legislação estadual, passou a fazer parte de Palhoça.

Nos últimos anos, a falta de investimentos do poder público em programas e projetos habitacionais e a falta de uma política habitacional que possibilitasse a camada mais carente da população ter acesso a uma moradia adequada, com custos acessíveis, contribuíram para essa problemática. Também existe o entrave do alto custo de lotes em loteamentos regularizados, produzidos pela iniciativa privada, tornam-se inacessíveis a grande maioria da população.

Somados a isto, vale destacar as dificuldades nos trâmites para regularização de loteamentos e edificações. Apesar de a legislação municipal prever incentivos para a população regularizar as edificações de até 70m², grande parte dos imóveis construídos encontra-se na clandestinidade, o que acarreta em uma perda significativa para a arrecadação municipal, além de um comprometimento na paisagem e planejamento urbanos.

A preparação de lotes urbanizados no Município é crescente, porém, os loteamentos clandestinos ainda são numerosos, embora não representem uma situação de subnormalidade das mais graves, uma vez que, normalmente, dispõe de uma infra-estrutura razoável, que inclui energia elétrica, abastecimento de água, serviços públicos de iluminação, entre outros. Em geral, os problemas apresentados giram em torno do saneamento básico, muitas vezes resolvidos com sistemas individuais de tratamento de esgoto. As irregularidades incidem, principalmente, na documentação, que dificulta inclusive a regularização fundiária.

Palhoça possui uma Lei de Zoneamento (Lei N° 16/93) integrante do Plano Diretor (PD). No entanto, o crescimento urbano não segue suas determinações, já que o parcelamento e uso do solo são, muitas vezes, irregulares, ou regularizados

por legislação específica contrária aos primados estabelecidos nesta lei.

O PD palhocense foi elaborado pela empresa de consultoria ZETA, em 1991, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado somente em 7 de abril de 1993. O plano original foi resultado do trabalho de uma equipe interdisciplinar, que contou com profissionais das áreas de planejamento urbano, geografia, geologia, economia, entre outras, a fim de contemplar conceitos mais atuais. Desde então, diversas alterações foram realizadas até que ocorreu sua descaracterização, principalmente por causa de interesses particulares.

Cinco leis compõem o PD, cujas ferramentas essenciais para o planejamento e controle do uso do solo e edificações apóiam-se em: Lei de Zoneamento (Nº16/93), Código de Obras (Lei Nº17/93) e Lei de Parcelamento do Solo (Nº18/93), além da Lei que instituiu o PD (Nº15/93) e o Código de Posturas (Nº19/93). Contudo, em 2004, o PD passará por uma revisão atualizadora que buscará suas metas primeiras.

Em contraponto, a cultura do povo palhocense não absorveu e não é, em absoluto, compatível com as exigências legais estabelecidas criteriosamente. Assim, a educação para importância do respeito às leis do Plano Diretor e o esclarecimento dos benefícios advindos são fundamentais para sua aplicabilidade.

A questão habitacional no Município conta com uma legislação específica elaborada por ocasião da criação do Conselho Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Habitação. Essa legislação regulamentar data de 1993 e nunca foi aplicada, sendo substituída pela Lei Nº 1193, de 10 de maio de 2001, com objetivo de atender as necessidades atuais na área.

De acordo com SILVA (2002), *os investimentos destinados à "Habitação e Urbanismo" implicaram em 6,47% em 1997, e 5,78% em 1998, do orçamento municipal. Por conseguinte, os valores correspondentes foram aplicados em serviços de infra-estrutura urbana, sem nenhum investimento em programas habitacionais.*

Em 1996 foram produzidas 30 unidades residenciais unifamiliares, isoladas, com área construída de 36m² dispostas num total de 56 lotes. Estas unidades foram construídas por meio de um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e a COHAB/SC, a partir da necessidade de atendimento às vítimas de enchente no rio Cubatão, em dezembro de 1995. Este foi o único investimento público do Município até presente data.

Os custos atuais dos imóveis mais acessíveis à população de baixa renda,

em Palhoça, apresentam defasagem de cerca de 50% em comparação com aqueles que estão em condições legalizadas. Para exemplificar os loteamentos formais, cita-se o “Madri” (distante do centro aproximadamente 3,5 km) e o “Alaor Silveira” (5,5 km do centro), cujo preço é, em média, R\$ 40,00 / m². Lotes tidos como padrão medem 200m² e chegam a custar até R\$ 8000,00. Entretanto, negociações particulares pesquisadas indicam que a aquisição de lotes clandestinos de mesma área não ultrapassam metade desse valor. Esse contexto evidencia a dificuldade de inserção da população de baixa renda no mercado imobiliário formal e demonstra a tendência ao crescimento da subnormalidade.

Conforme SOUZA (2003), o contexto habitacional do município acompanha o restante da realidade local, ou seja, dos municípios vizinhos, e pode ser caracterizado como preocupante e necessita de urgente intervenção, tendo em vista a existência de loteamentos clandestinos irregulares, frutos de um crescimento desordenado iniciado nos anos 70. Assim, percebe-se que este acentuado crescimento populacional em Palhoça, município com problemas de infra-estrutura básica, trouxe sérias conseqüências sociais.

A falta de uma política habitacional contribuiu grandemente para toda a problemática do Município, uma vez que não estabeleceu possibilidades para que a população de baixa renda acessar moradias mais honradas. Sua presença deve, para seu desempenho eficaz, receber aporte de instrumentos urbanísticos e de organização de espaços, além de uma política ambiental centrada no conhecimento e na instrumentalização legal que considera as peculiaridades locais.

A alternativa para solução dos problemas habitacionais não pode ser considerada isoladamente, deve surgir de um compromisso e de uma atuação institucional de forma integrada entre os diversos componentes do sistema político-administrativo local, onde a decisão política é requisito básico.

Ainda com SOUZA (op.cit.), as áreas habitacionais, urbanismo e meio ambiente são componentes importantes para o desenvolvimento dos Programas Habitacionais que necessitam sistematicamente de adequação às novas leis e procedimentos operacionais, demandando treinamentos periódicos. A Prefeitura de Palhoça não vem apresentando desempenho institucional compatível com o porte demográfico do Município e com suas demandas externas e internas, em nível de serviços públicos, e nem tão pouco com o desenvolvimento tecnológico hoje disponível no mercado. No entanto, é importante mencionar que iniciativas nesse

sentido estão sendo operacionalizadas pela atual administração.

Segundo Diagnóstico do Município, não se pode continuar com soluções habitacionais caso a caso, dentro de uma política paternalista, mas sim formulada a partir de uma política que sistematize o processo de assentamento baseado num ambiente integrador de habitação, trabalho/renda, infra-estrutura, qualidade e segurança ambiental. Todo esse processo deve primar pela co-participação da comunidade beneficiada, nas suas diversas formas, mesmo sabendo-se que a capacidade financeira e a compreensão do que significa ter uma casa são limitadas.

A implementação de Estatuto da Cidade em Palhoça é primordial enquanto mecanismo de construção de uma política urbana que contemple a moradia. Atualmente não existe um conhecimento preciso de todas as áreas ocupadas que se encontram na ilegalidade. A realização de um mapeamento destas áreas, uma análise da situação fundiária e de seu domínio é recomendável para sua legalização.

É inadiável a implementação de uma política habitacional, considerando-se a situação na qual se encontra expressiva parcela da população municipal. O déficit habitacional e os limites impostos por sua geografia, no tocante à inevitável expansão urbana, tornam necessária a definição desta política para agraciar a camada mais carente da população e, ao mesmo tempo, permitir o crescimento e desenvolvimento sócio-econômico do Município com a melhor ocupação de seu território.

Diante desta realidade, a atual administração vem buscando, através do Programa Habitar Brasil/BID, alternativas de ações que possibilitem o cadastramento das famílias residentes em áreas de risco, áreas verdes e de preservação, adequando ações à realidade para possibilitar melhor atendimento desta população no aspecto habitacional. A seguir apresentaremos o Programa Habitar Brasil/BID de Palhoça – local de realização do estágio curricular obrigatório – com vistas a avaliação do processo de inclusão.

3.3 O Programa Habitar Brasil/BID (HBB)

O Programa Habitar Brasil/BID é destinado aos municípios com mais de 50.000 habitantes e tem como população alvo famílias de baixa renda ou moradores de áreas de risco. Seu objetivo é contribuir para elevação da qualidade de vida das famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até três salários mínimos, que residem em aglomerados subnormais localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de Estados, ampliando-se as condições administrativas e institucionais dos municípios, para dotá-los de maior capacidade de atuação no controle e recuperação desses núcleos e na adoção de medidas para evitar novas ocorrências.

O HBB desenvolve ações integradas de habitação, saneamento e de desenvolvimento comunitário. Os benefícios provêm de ações desenvolvidas pelo programa, que prevêm a melhoria natural da condição de vida da população, a redução da degradação ambiental de áreas urbanas e rurais, além da geração de emprego e renda.

Os recursos são destinados ao fortalecimento institucional dos municípios, à execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e a ações de intervenção social e ambiental, que ocorrem através de um Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI) e de um Subprograma de Urbanização e de Assentamentos Subnormais (UAS).

O DI tem por finalidade a capacitação, implantação ou modernização da capacidade institucional dos municípios para atuarem de forma efetiva na questão da ocupação desordenada em seus territórios e na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda. O aperfeiçoamento dos instrumentos que possibilitam a regularização das áreas já ocupadas de forma irregular intenciona propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo, sem esquecer da capacitação técnica das equipes da prefeitura que atuam direta ou indiretamente sobre as referidas questões.

Por outro prisma, o UAS objetiva a elaboração, desenvolvimento e implantação de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, que compreendem a regularização fundiária/dominal, a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e ações para recuperação ambiental dessas áreas, procurando assegurar efetiva mobilização e participação da comunidade em

todas as etapas de sua implementação.

O programa de iniciativa federal foi difundido no país na gestão do presidente Itamar Franco, com cooperação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dos municípios. O custo total está estimado em U\$ 416 milhões, destes, 60% dos recursos são provenientes do BID e 40% do Orçamento Geral da União, os quais não precisam ser repostos, pois são a fundo perdidos.

No mandato de Fernando Henrique Cardoso o HBB era coordenado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e o órgão central gestor do programa era a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, encarregada pela União de exercer a representação e intermediação com o BID.

Atualmente o HBB é coordenado pelo Ministério das Cidades, que possui uma Secretaria Nacional de Habitação, coordenadora de programas e ações que estão sendo executadas, como a Carta de Crédito, Subsídio à Habitação de Interesse Social, Arrendamento Residencial, HBB, Pró Moradia e Morar Melhor.

A Caixa Econômica Federal, empresa pública contratada pela União, é responsável pela análise, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos. A Unidade Executora Municipal (UEM) é composta por uma equipe multidisciplinar, especialmente constituída para coordenar a execução do Programa em nível municipal, responsável direta pela implementação dos projetos e ações financiadas pelo subprograma UAS.

Em Palhoça, a UEM foi composta pela Prefeitura Municipal através do decreto N° 828/2000, que passou a vigorar a partir do dia 23 de junho de 2000. Hoje está subordinada à Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Meio Ambiente. Cabe aos municípios apresentarem um diagnóstico local às instâncias federais com aprovação do diagnóstico e um projeto, nos quais serão analisadas, entre outras variáveis, sua disponibilidade técnica, a relação custo-benefício e sua adequação aos objetivos do programa.

Os projetos integrados para as áreas de intervenção devem conter propostas de ações conjuntas a serem desenvolvidas por equipes multidisciplinares, com compatibilidade de cronogramas na execução de obras físicas necessárias à população e nas medidas de preservação e recuperação ambiental, desde a fase de estudos preliminares até a etapa pós-obras.

A Prefeitura Municipal de Palhoça responde aos princípios do Programa HBB, na intenção de viabilizar soluções alternativas para famílias de baixa renda que

vivem em áreas invadidas. Para isso, selecionou a comunidade do Alto da Bela Vista, pois suas características vão ao encontro dos objetivos do programa. O projeto foi viabilizado com o nome de “Morar Legal” e aprovado pela Caixa Econômica Federal em maio de 2002.

O Projeto Morar Legal é um projeto urbanístico (de participação comunitária) que está vinculado ao HBB e tem como proposta o remanejamento de 66 famílias da comunidade, antes chamada de Barreira, que, por anseio dos moradores, mudou seu nome para Alto da Bela Vista, localizada no bairro Bela Vista – Palhoça – SC.

A elaboração do projeto para a área engloba a implantação de infra-estrutura, como melhoria de acesso, drenagem, esgoto, melhoria habitacional e construção de equipamentos para serviços básicos, como creche, ampliação da escola, conforme demanda levantada pela comunidade. Além das obras, o projeto prevê seu acompanhamento com trabalho social, que busca a promoção dos direitos sociais e o desenvolvimento das potencialidades sociais do grupo.

Dessa forma, o Projeto Morar Legal viabilizará obras de urbanização da área (como drenagem pluvial, pavimentação, rede de esgoto sanitário, ampliação da rede de água, energia elétrica e iluminação pública) e o remanejamento e construção de 66 novas habitações, hoje em local de risco, precisando de realinhamento, visando à construção de novos acessos. As demais 20 unidades habitacionais que encontram-se em boas condições de habitabilidade, permanecerão no local e contarão com os benefícios de infra-estrutura, equipamentos comunitários a serem implantados e com os serviços de legalização fundiária que beneficiará todas as unidades habitacionais objeto do projeto.

A comunidade do Alto da Bela Vista ocupou a área de forma desordenada, no final da década de 1980, com a desativação de uma barreira que era utilizada para serviços de terraplanagem, estendendo-se ao longo dos anos para a parte mais alta, ocorrendo a remoção da cobertura vegetal, e conseqüentemente, gerando um processo de erosão e deslizamento de terra. Durante esse processo não foram preservados os espaços comunitários e até mesmo viário. A comunidade não teve acesso a infra-estrutura básica e equipamentos urbanos, destacando-se os problemas de pavimentação e esgoto sanitário.

As famílias que ali se instalaram, vieram em busca de melhores oportunidades de emprego e condições de vida e são procedentes, em sua maioria, do interior do Estado, principalmente do oeste e planalto serrano e de outros

Estados da região sul.

Grande parte das famílias que residem na área compraram seus lotes e casas de antigos ocupantes e de especuladores imobiliários, fator que despertou na população a necessidade de regularização fundiária, além da reivindicação da implantação de infra-estrutura básica.

Com a realização da pesquisa sócio econômica, confirmou o interesse dos residentes em permanecer no local, ocasião que firmou parceria entre a comissão de moradores da comunidade e a PMP na mobilização e divulgação dos objetivos do projeto a ser implantado. Nesse sentido, a PMP apresentou a área da comunidade do Alto da Bela Vista para o enquadramento no Programa Habitar Brasil/BID, dada a correspondência da situação social, física e ambiental do local com os objetivos do programa, bem como da importância da intervenção para o conjunto da cidade.

A caracterização da área e da população residente foi elaborada com base nos resultados obtidos através da pesquisa sócio econômica, realizada sob coordenação da UEM da PMP. Essa, foi realizada de forma censitária com as 86 famílias residentes na comunidade, e apenas 02 não responderam ao questionário.

A comunidade, por se tratar de uma ex-barreira, antes utilizada para serviços de terraplanagem, é formada por barrancos, com acentuado declive em alguns pontos e sobras esparsas de vegetação nativa nas partes mais altas, motivo pelo qual o Projeto Integrado conta também, com ações visando a recuperação física e ambiental do local.

O acesso à comunidade é bastante precário na maior parte da área, sendo que, em algumas habitações, só é possível chegar a pé, o que dificulta a prestação de serviços básicos.

De acordo com pesquisa realizada pela UEM no ano de 2001, constatou-se que a maioria das moradias são precárias, sendo 21 construídas de madeira nova, 38 da madeira velha ou reaproveitadas e 20 casas são de alvenaria, sendo 14 com reboco e 06 sem reboco e 07 mistas. As condições sanitárias são insalubres e degradantes. Na área não há canalização de águas pluviais, que, após saturarem a terra, correm pendente abaixo, e provocam erosão e desestruturação do solo, o que ocasiona riscos potenciais de deslizamento.

A população pesquisada caracterizou-se por ser jovem uma vez que 50% das pessoas pesquisadas possuem menos de 21 anos, predominando as do sexo masculino. Os moradores em idade ativa, com mais de 16 anos, constituem 49,50%

do total, e a renda da população, em sua maioria, não ultrapassa os três salários mínimos. Evidenciando, a baixa qualidade de vida da comunidade, que necessita de rápida intervenção.

As diretrizes do programa vêm pré-estabelecidas, ou seja, as ações são definidas independentes da realidade da localidade a ser contemplada. Para garantir autonomia do Município e participação do público alvo é fundamental que haja flexibilidade e adaptabilidade às necessidades locais.

O programa sugere o estímulo à participação da comunidade na elaboração do projeto, na implementação das obras/serviços, na gestão de recursos financeiros e manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos. Em Palhoça, a comunidade do Alto da Bela Vista não participou da elaboração do projeto em virtude do tempo estipulado para sua confecção. Após assembléia com moradores para apresentação do **Projeto "Morar Legal"**, a comunidade incorporou-o e comprometeu-se em participar de todas as etapas estipuladas.

O Programa apresentou o Projeto de Participação Comunitária (PPC), que ocorrerá ao longo do Projeto Urbanístico, previsto para 10 meses e no período posterior a sua implantação, por mais 12 meses, permeado por ações inerentes à intervenção e ao trabalho de informação, mobilização e educação para a cidadania. O PPC pretende estabelecer um processo dinâmico de interação com os beneficiários finais e os agentes envolvidos, com vistas à definição clara dos direitos e das responsabilidades das partes.

A partir de então, foi implantado, nas dependências do Grupo Escolar Inês Marta da Silva, um plantão social com atendimento diário, através, de duas estagiárias de serviço social, que fazem parte da equipe técnica da PMP. E tem como objetivo conscientizar e mobilizar a comunidade, repassar informações, esclarecer dúvidas sobre casos específicos, acompanhar e assessorar a Associação de Moradores do Alto da Bela Vista e as demais subcomissões que já foram e ainda serão formadas, dentre outras demandas referentes a comunidade que surgirem.

Durante o processo de intervenção urbanística, destacam-se atividades como as de mobilização comunitária, a elaboração e veiculação de material informativo sobre o andamento das obras, planejamento e organização do remanejamento das famílias a serem transferidas conforme as etapas previstas, definição e implantação de mecanismos de fiscalização e controle da apropriação e uso das benfeitorias e implantação de equipamentos comuns.

Para melhor gerenciar o Projeto e o atendimento das famílias, o empreendimento foi subdividido em cinco etapas distintas, de acordo com a situação da comunidade e com a implantação do projeto. Vale destacar que as casas a serem construídas terão 32m² com possibilidade de ampliação, serão sessenta e duas casas autônomas, duas germinadas, uma única casa destinada à habitação e comércio e uma casa adaptada e localizada em uma situação de fácil acesso com objetivo de atender um portador de deficiência física.

Inicialmente, serão construídas 14 unidades habitacionais em uma área comprada pela PMP, existente dentro da comunidade, com previsão de término para o quarto mês a partir do início das obras. Após essas unidades estarem concluídas, serão remanejadas, definitivamente, as primeiras 14 famílias situadas em locais estratégicos, para dar continuidade a segunda etapa das obras.

Na segunda etapa, serão construídas 11 casas situadas nos locais que estavam as 14 famílias remanejadas na primeira etapa, com previsão para o término para o quinto mês. Na terceira etapa, serão construídas mais 16 moradias, com previsão de entrega para o sexto mês.

Na quarta etapa, esta prevista a construção de mais 10 unidades habitacionais, com previsão de entrega para o oitavo mês. E na quinta e última etapa serão entregues 15 casas com previsão de conclusão para o nono mês.

O PPC estará ocorrendo diretamente sobre as macroações de geração de trabalho e renda, mobilização e organização comunitária e educação sanitária e ambiental

Nesse sentido, serão realizadas atividades para o levantamento de interesses e potencialidades da população, estudo da viabilidade do mercado para as atividades geradoras de trabalho e renda, bem como ações de articulação institucional para a organização destas atividades de capacitação, de encaminhamento ao trabalho ou de formação de grupos produtivos.

Por outro lado, a organização comunitária vem sendo incentivada pelo trabalho de mobilização junto à comunidade, e de assessoramento na legalização da Associação de Moradores, visando a sua participação nas várias fases do processo, e contribuindo para o seu envolvimento nas ações de acompanhamento das obras e de planejamento de ações visando a organização de espaços para atividades recreativas, esportivas e culturais, dentre outras.

A educação sanitária e ambiental prevista se caracterizada por ações de

caráter pedagógico sobre hábitos de higiene, ecologia, e preservação ambiental, com vistas a garantir, por parte dos beneficiários, a correta apropriação e uso das benfeitorias a serem implantadas.

O projeto prevê atividades como a mobilização comunitária para o envolvimento nas ações de educação sanitária e ambiental, campanhas de vacinação e de controle de vetores, orientação sobre hábitos de higiene e limpeza, orientação sobre a preservação e conservação ambiental, incentivo à separação do lixo, visando inclusive a geração de trabalho renda, orientações voltadas ao não desperdício de água tratada, dentre outros. As ações de geração trabalho e renda serão desenvolvidas, respeitando os princípios de viabilidade de mercado, vocações e aptidões existentes na comunidade. Essas serão desenvolvidas no sentido de mobilizar a população local visando a geração de trabalho e renda, viabilização e elaboração de cursos de treinamento profissional nas diversas áreas.

4. AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID

4.1 O Programa Habitar Brasil/BID e as Possibilidades de Inclusão Social

O HBB diferencia-se de outros programas habitacionais em seu aspecto social por seu trabalho social prever ações que possibilitam meios para que a comunidade beneficiada possa se auto-gerir, de forma a enfrentar parte das questões sociais que permeiam o contexto das comunidades de baixa renda, através das ações que são realizadas e, principalmente, pelo envolvimento da organização comunitária. É um programa de caráter inovador, pois trabalha a infraestrutura física (Engenharia) concomitante à área social, mobiliza as potencialidades do grupo e desenvolve as três macroações previstas pelo programa.

Em Palhoça, o HBB atende 86 famílias. Dessa forma, seu resultado tem um impacto pequeno, pois representa ainda pouco, diante do déficit habitacional do Município, que era de, aproximadamente, 5630 moradias no ano de 2000.

Em ABIKO e ALMEIDA (apud SOUZA, 2003, p. 138):

Para que a habitação cumpra suas funções é necessário que além de conter um espaço confortável, seguro e salubre, esteja integrada de forma adequada ao entorno, ao ambiente que a cerca, pois habitação não se resume a casa, e sim também ao seu entorno. Isto envolve acesso aos bens de serviço públicos, redes de infra-estrutura urbana e equipamentos sociais. Habitação e contexto urbano são sistemas integrados e que devem ser considerados necessariamente como interdependentes.

O programa no Município está no início, muitas de suas ações ainda não foram implementadas. A população da comunidade do Alto da Bela Vista tem participações isoladas no desenvolvimento do projeto – situação que se agrava com o atraso no início das obras e traz desânimo aos moradores, que acabam por não compartilhar das ações a serem desenvolvidas.

A partir do mapa da inclusão/exclusão social elaborado por SPOSATI (2002), citado neste segundo capítulo, serão analisadas as possibilidades de inclusão social do Programa HBB no município de Palhoça, dentro dos limites de uma ação local e específica para a contribuição deste processo, tendo como suporte os referenciais citados pela autora.

No campo da autonomia, a autora enfatiza a capacidade e os meios de o cidadão suprir suas necessidades vitais, culturais, políticas e sociais. O HBB, na

realização da macroação de participação e mobilização comunitária, prevê a participação social e a organização da população na busca de seus interesses, e na geração de trabalho e renda, busca desenvolver ações que possam, à médio e longo prazo, auxiliar no atendimento das necessidades básicas dos beneficiados, através de qualificação profissional e orientação na formação de cooperativas, com vistas à geração de renda. Contudo, neste início de implementação do programa, ainda é prematuro afirmar que as ações estejam promovendo a autonomia das famílias. O programa poderá contribuir para este processo - tendo em vistas as suas diretrizes, desde que as ações efetivamente estejam sintonizadas ao longo do trabalho com este fim.

No **campo da equidade**, SPOSATI concebe a inclusão social como reconhecimento e efetivação dos direitos da população com igualdade, sem restringir seu acesso, nem estigmatizar as diferenças, que, em alguns casos, conforma diversos segmentos sociais. A equidade pode ser ainda a possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação.

O HBB, através das ações previstas pelo programa, busca viabilizar os acessos aos bens de serviço, trabalhando no sentido de eliminar as discriminações da sociedade em relação a população beneficiária.

O trabalho social citado no "Projeto Morar Legal" (2002) busca a participação da comunidade nas etapas de implementação do projeto físico para expressar suas necessidades essenciais e consolidar o processo de promoção social das famílias, através de ganhos de habitabilidade e desenvolvimento das potencialidades sociais do grupo. São propostas a eliminação de qualquer forma de discriminação e a concretização dos direitos básicos da população, entretanto, o acesso aos serviços urbanos vai além da estrutura do programa e dependerá da articulação com outros programas /políticas sociais para que alguns objetivos indicados pelo projeto possam ter êxito.

O **campo qualidade de vida** envolve duas questões: a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente; enquanto que, o campo do **desenvolvimento humano** entende que há possibilidade de todos os cidadãos desenvolverem melhor seu potencial com menor grau de privação possível. O HBB, ao definir suas macroações, prevê ampliar as potencialidades do grupo, incentivando e estimulando as potencialidades já existentes, disponibilizar suporte técnico com cursos de capacitação, de educação

de jovens e adultos e demais oficinas previstas pelo programa.

As ações de educação sanitária e ambiental poderão promover o interesse dos moradores nas questões acerca da preservação da natureza e do espaço que será urbanizado, além de questões sanitárias específicas às moradias e às famílias. Não é oportuno afirmar que todos os objetivos serão alcançados, uma vez que a comunidade possui suas particularidades e interesses próprios, e os resultados podem variar segundo cada realidade. Todavia, as orientações seguem diretrizes de promoção na melhoria das condições de vida da população, que nem sempre condizem com as situações mais emergenciais.

No **campo da cidadania**, a inclusão social atua como reconhecimento de acesso a um conjunto de condições básicas para que a identidade de morador de um lugar seja formada pela dignidade e solidariedade, e não só pela propriedade. O HBB tem como uma de suas diretrizes a garantia das condições básicas de sobrevivência, esperando despertar em cada morador a participação e integração da comunidade em seu entorno, respeitando seus costumes e necessidades coletivas tanto quanto individuais, olhando os moradores como sujeitos possuidores de direitos. Porém, a cidadania enquanto conquista dos direitos sociais, cuja inserção do indivíduo é obrigatória, extrapola os limites do programa. As ações que estão sendo desenvolvidas, no início do programa, ainda não efetivaram seus objetivos.

A análise da contribuição do programa para a inclusão social da população de baixa renda no município de Palhoça, fundamentada no mapa da inclusão/exclusão, através dos campos descritos por ALDAÍZA SPOSATI, é ainda preliminar, mas pode se afirmar que as ações previstas, de alguma forma, estão relacionadas com campos levantados pela autora. A sua efetivação, no decorrer do processo, mesmo que parcial e limitada a alguns aspectos da vida social (pois, nenhum programa resolverá os problemas decorrentes de um complexo processo de exclusão social) dependerá do comprometimento efetivo da equipe técnica e de toda a estrutura funcional com os processos de construção de uma participação ativa, crítica, em defesa das necessidades e interesses das famílias, e na realização de ações que alterem significativamente as condições de vida dessa população.

Algumas ações pontuais que já foram iniciadas caminham, no sentido da efetivação do processo de inclusão social. Mas, para uma ação mais abrangente, é preciso ir além, desenvolver ações que se somem às previstas pelo programa, ou seja, uma articulação com outras políticas públicas – municipais, estaduais e

federais – que materialize a atenção às várias demandas sociais da população, (saúde pública, educação básica, lazer, entre outras), indo ao encontro com as idéias de Sposati. O HBB, por prever uma intervenção mais abrangente, tem condições de promover, mesmo que de forma parcial, a inclusão desta população no espaço urbano, embora não atinja todos os itens por ela indicados.

Para o município de Palhoça, seria fundamental que o programa se estendesse a outras comunidades, inicialmente abrangendo as demais áreas do próprio bairro da Bela Vista, e, posteriormente, a comunidade do Frei Damião, na qual residem mais de 750 famílias em situação precária.

Em âmbito nacional, os programas habitacionais oferecidos deveriam estar interligados às demais políticas sociais, de forma a assegurar aos moradores de baixa renda condições de acesso também aos serviços urbanos básicos, como creches, escolas, postos de saúde, programas educativos e de lazer para crianças e adolescentes, programas de profissionalização e geração de renda, entre outros. É preciso superar-se a concepção de que programas habitacionais “constroem” moradias sem acompanhamento de infra-estrutura básica e sem instrumentos essenciais para a comunidade beneficiada se autogerir.

4.2 A Contribuição do Serviço Social para o Processo de Inclusão

O projeto profissional do Serviço Social presente na política habitacional nacional mostra-se através da luta coletiva dos cidadãos por uma moradia digna e ao acesso aos bens de serviços.

Em seu artigo **Serviço Social e Direitos dos Usuários**, publicado no Boletim Surã, ROCHA (2002, p.1):

A trajetória do Serviço Social tem possibilitado aos assistentes sociais um contato direto e cotidiano com a questão social e seus diversos mecanismos de respostas, seja nas áreas da saúde pública, da criança e do adolescente, seja entre os movimentos organizados dos trabalhadores, da educação, da pessoa portadora de deficiência, da habitação, etc. Todas essas questões, recentemente, estão demarcadas pela vigência da Constituição de 1988, que foram reconhecidos direitos sociais e garantias de atendimento às necessidades básicas de todo o cidadão, em uma dimensão universalizante da proteção social.

Ainda em ROCHA, *o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, e sua reprodução depende de sua utilidade social, ou seja, de sua capacidade de responder às demandas sociais potenciais e emergentes*. Assim, o assistente social é requisitado pelo Estado de modo a intermediar a relação com população nos processos que envolvem assistência pública àqueles que necessitam de proteção social.

NETO (1992, p. 71) afirma que o Assistente Social é investido como um dos agentes executores das políticas sociais, com a função de desenvolver ações através das quais seja possível favorecer a criação de alternativas de acesso e expansão da cidadania nos segmentos sociais que constituem a clientela da profissão. Para GENTILLI (apud ROCHA, 2002), *além do planejamento, operacionalização e viabilização dos programas sociais, o Serviço Social possibilita à população o acesso às formas historicamente produzidas de bens e serviços públicos e privadas*.

O profissional da área exerce ações em nível macro, e também micro-social, de cunho sócio-educativo, interferindo na maneira em que a população usuária vê o seu universo, objetivando a garantia aos usuários de acesso aos serviços organizacionais e aos benefícios sociais.

Como menciona SOUZA (2003, p. 130):

Como um conjunto de ações educativas e planejadas, a prática do profissional de Serviço Social é importante junto à questão habitacional e urbana. O Assistente Social dispõe de instrumentos técnico-operativos para promover a gestão participativa, a mobilização, e organização sócio-comunitária junto à questão de educação sanitária e ambiental, na luta por transporte e mobilidade com dignidade social, a capacitação profissional e geração de renda na construção de espaços públicos para a cultura, o lazer e formação do ser sócio-político.

Os assistentes sociais têm a possibilidade de atuar, de diversas maneiras, com as demandas relacionadas à reivindicação dos direitos, através de seu conhecimento teórico-prático aliados ao compromisso ético-político realizado nas mediações profissionais.

No programa Habitar Brasil, o assistente social tem a função de planejar, executar e avaliar as ações sociais descritas de acordo com as diretrizes oficiais em vigência. Contudo, o conteúdo básico da proposta para o trabalho social já é pré-determinada, o que restringe a autonomia ao referencial dos três eixos discutidos anteriormente.

No estágio curricular obrigatório, realizado na Prefeitura Municipal de Palhoça, através do Programa Habitar Brasil/BID, foram desenvolvidas algumas ações, principalmente junto ao plantão social e às áreas de mobilização comunitária e geração de trabalho e renda. São exemplos das ações realizadas:

- Legalização da Associação de Moradores, onde a equipe técnica da UEM assessorou os representantes dos moradores na elaboração da documentação a ser encaminhada ao cartório;
- Plantão social diário na comunidade para esclarecimento do projeto, com atendimento às situações sociais trazidas pelos moradores, problemas de saúde, auxílio-doença, auxílio-funeral, previdência social, violência doméstica, entre outros, para as quais o Assistente Social conta com outros programas sociais/institucionais para encaminhamento, pois, em muitas situações, a rede de atendimento não consegue dar respostas às demandas. O plantão também atendeu visitas domiciliares com o objetivo de fortalecer vínculos com a comunidade, na busca de mobilização para ações de interesse coletivo;
- Convocação e realização de Assembléia Geral com moradores para esclarecimentos sobre o andamento do Projeto "Morar Legal";
- Levantamento dos documentos pessoais dos moradores – como carteira de identidade, cadastro de pessoa física (cpf), título de eleitor, carteira de trabalho,

certidão de nascimento e casamento – a fim de certificar sua carência e promover o seu acesso legal;

- Aplicação de um questionário para ação de geração de trabalho e renda, que identificou os interesses e aptidões da população, para posterior introdução de cursos profissionalizantes;
- Divulgação de cursos profissionalizantes oferecidos gratuitamente pelo Centro Educacional Dom Jaime de Barros Câmara;
- Palestra com o pedagogo do **Programa Sentinela** do Município, que incitou despertar a consciência da comunidade em relação à temática da violência doméstica, identificada durante o plantão social na comunidade devido à frequência de denúncias de maltratos contra criança e adolescentes;
- Elaboração do **Projeto “Momento Cidadão”**, que englobou ações de saúde, educação, lazer e cidadania, executado na comunidade do Alto da Bela Vista no dia 30 de agosto de 2003.

Atualmente, os moradores participam de todas as assembléias realizadas para esclarecimentos sobre o projeto. Uma destas deliberações foi o acompanhamento e a fiscalização das obras por uma subcomissão formada de moradores da comunidade, cujo objetivo maior é promover o estímulo e a participação efetiva da população nos processos decisórios.

Em relação à educação sanitária e ambiental não foi realizada nenhuma ação durante o período de estágio, pois o recurso destinado a esta ação não foi liberado.

O projeto “Morar Legal” será acompanhado por trabalhos de capacitação dos moradores, como o curso de Lideranças Comunitárias. Além disso, não se pode afirmar que as ações a serem desenvolvidas alcançarão o resultado esperado, pois depende de uma série de fatores que ainda não foram vivenciados. Apesar do trabalho social ter ações definidas, existe uma incógnita quanto ao êxito da inclusão social desta comunidade.

Nesse sentido, o profissional de Serviço Social, em sua prática diária, contribui para o processo de inclusão social da população de baixa renda através de atuações sociais que vão desde a conscientização dos direitos legais da cidadania, acesso aos benefícios, organização comunitária, encaminhamentos dos grupos em situação de risco, apoio sócio-familiar, implantação e execução de programas e projetos governamentais, dentre outras ações.

Esse processo ocorre em longo prazo e, se bem articulado e estruturado

pelas políticas públicas poderá auxiliar na implementação de seu processo de descentralização – o que significa democratizar as informações e a participação da sociedade civil, na medida em que, com sua prática, o profissional socialize os interesses e demandas da população, apontando o que realmente lhes é de direito e incentivando a luta pelos direitos sociais.

ROCHA (2002) menciona que, no Programa HBB o assistente social se defronta com a responsabilidade não só de justificar os direitos dos usuários, mas de protegê-los, contribuindo para a construção de sua cidadania. O compromisso ético-político do profissional é norteado, portanto, na perspectiva de desencadear processos que acessem aos bens e serviços para atender suas necessidades básicas.

A orientação ainda se pauta na melhoria das condições de vida da população, bem como na ampliação de processos participativos, na formação de uma visão crítica e no fomento de sua capacidade criativa – e isto requer um conhecimento de sua realidade, seu cotidiano e um reconhecimento de capacidades e potencialidades no intuito de estabelecer uma proximidade com os moradores para a construção de um processo coletivo capaz de gerar mudanças.

As ações profissionais contribuem para que a população transforme suas necessidades em demandas/reivindicações, por meio de sua organização. Este processo tende a fortalecer os moradores na luta por seus direitos, onde a prática profissional não se dá somente no campo de acesso a bens e serviços, mas perpassa o plano da subjetividade e desenvolve um trabalho de auto-estima e reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito.

Para que as ações de geração trabalho e renda contempladas no HBB tenham sucesso, deverá ser feita uma análise das aptidões e potencialidades do grupo, que deverá estar engajado e organizado para opinar e reivindicar seus direitos nos assuntos que lhe competem além de estarem em concordância na defesa de seus interesses coletivos.

Ainda é extremamente relevante a articulação dos moradores com as políticas e programas sociais disponibilizados por todas as esferas, considerando sua indispensabilidade na eficácia na realização dos objetivos intuídos. Porém, jamais se pode dispensar a importância do profissional de Serviço Social – responsável pela formulação, implantação e análise de direitos e benefícios sociais conquistados e assegurados por lei – que trata dos problemas específicos, como o da inclusão

social, visando soluções distintas e cabíveis conforme o que diagnostica.

A inclusão social necessita ser vista à luz das individualidades e particularidades apresentadas no cotidiano dos cidadãos. Apesar das tentativas, segmentadas e focalizadas, do poder público e de ações voluntárias da comunidade somadas à intervenção do profissional de Serviço Social a problemática da inclusão social ainda não encontrou solução plausível às suas complexidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu compreender a dinâmica da sociedade atual, descrevendo suas relações urbanas e as problemáticas pertinentes, com ênfase na questão habitacional nascida após surto industrial. O movimento migratório campo-cidade, ainda constante hoje, contribui para o inchaço das cidades e para que as disparidades entre as classes sejam reproduzidas e dilatadas.

Os grandes centros urbanos encontram-se cada vez mais populosos, com um déficit habitacional que cresce a cada dia, concentrando também problemas de saneamento, transporte, habitação e outros. O modelo capitalista de acumulação é excludente, o que acarreta na expansão das desigualdades e exclusões em função do modo como as relações estão postas, tanto na ordem social, cultural, econômica quanto política.

Grande parte da massa trabalhadora fica à parte da dinâmica social, porque, ao receberem baixos salários, não possuem condições para adquirir uma habitação ou mesmo pagar aluguel; e há outros que se acham em situação mais instável no setor informal ou sem empregos.

Essa conjuntura fortalece a segregação sócio-espacial, que delimita os espaços existentes nas cidades e é resultado do predomínio da classe dominante, que expelle os grupos sociais na mesma medida em que controla o mercado imobiliário e direciona seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano.

A população excluída pelo sistema trava uma luta diária na tentativa de ser inserida na estrutura social, o que constitui um grande desafio para as políticas públicas em dar conta de atender toda a demanda.

A comunidade do Alto da Bela Vista é mais um espaço segregado e permeado por desigualdades, dentre tantos outros no contexto brasileiro. A Administração Municipal, através do HBB, intervem na área com objetivo de elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda por meio das ações do projeto.

O programa busca atender o direito a uma moradia digna e a inserção desta população no espaço urbano, porém, é ainda muito limitado o percentual da população que atende no contexto do município.

Os profissionais do Serviço Social que desenvolvem um trabalho social naquela comunidade fazem suas intervenções atuando como mediadores, pois

conhecem a realidade de cada família, unem os interesses comuns aos coletivos, prestam informações sobre assuntos referentes ao projeto e encaminham ao usufruto dos seus direitos.

A estagiária trabalhou no intuito de garantir uma prática engajada com os interesses dos moradores e do Projeto “Morar Legal”, articulando uma intervenção comprometida com o projeto ético-político e teórico-metodológico da profissão, que tem como perspectiva a construção da cidadania. Esta experiência foi fundamental no seu processo de formação profissional, permitindo a compreensão das dinâmicas que cercam as relações da comunidade – segregada – com a cidade.

Após o estudo concretizado, percebe-se que a política urbana brasileira apresenta-se elitista e segregadora, pois esta legislação, vigente no país, é feita para a população que possui condições de pagar todos os tributos cobrados, fato que deixa a população de baixa renda à margem da sociedade e torna a habitação popular, de certa forma, inacessível.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Câmara dos Deputados. **Nota sobre os Vetos do Estatuto e as Conquistas da Reforma Urbana.** Disponível em <http://www.camara.gov.br>, acessado em 17/10/03.
- CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades Brasileiras seu Controle ou o Caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, ed 3°, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** São Paulo, Paz e Terra. 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo, Ática, 1993.
- COVRE, Maria de Lourdes M. **A Cidadania que não Temos.** São Paulo, brasiliense, 1991.
- DINIZ, Eli. **Políticas Públicas para Áreas Urbanas.** Rio de Janeiro, 1982.
- DOMINGUES, Simone. **Diagnóstico do Município.** Palhoça 2001.
- DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social.** São Paulo, Paz e Terra, 2° Ed da revista ampliada, 2000.
- ENGELS, Frederick. **Sobre Habitação,** São Paulo, 1984.
- FRAGA, Priscila Venturine. **A Comunidade da “Barreira”: Perspectivas e Limites na Busca a Habitação Popular.** Trabalho de conclusão de curso, em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.
- FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” Brasileiro.** Rio de Janeiro, 1972.
- GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Políticas Sociais Setoriais e por Segmento.** In: Habitação Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 3 – Brasília: UNB Centro de Educação Aberta, continuada a distância, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 19/10/2003.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** São Paulo Cortez, 1993.
- LEI nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Brasília Distrito Federal: Senado, 2001.
- MARSHALL, TH. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e Mudança social no Brasil.** Rio de Janeiro, Vozes 1982.

PEREIRA, Élson Manoel. **Zoneamento Urbano e Habitação de Interesse Social**. Disponível em <http://www.cce.ufsc.br/~elson>, acessado em 23/11/2003.

ROCHA, Jane. **Serviço Social e Direitos dos Usuários**. Boletim Surà. Disponível em <http://www.ts.ucr.ac.cr>, acessado em 23/11/2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo, Brasiliense, 3º ed ,1995.

ROLNIK, Raquel. **È Possível uma Política Urbana Contra a Exclusão?** In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 72, Cortez, 2002. PP, 53 à 61.

ROLNIK, R. SAULE, N. **Estatuto da Cidade**. Disponível em <http://www.polis.org/publicação/dicas>. , acessado em 17/10/2003.

SILVA, Maurício Roque. **Migração e o Viés do Benefício dos Programas Habitacionais: O caso do Município de Palhoça**. Trabalho de conclusão de curso em ciências econômicas da Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo. Nacional.1968

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**, São Paulo, Contexto, 1998.

SOUZA, Josiane Cristine de. Parque Residencial Madri: **A Conquista do Direito à Habitação e o Processo de Participação Comunitária**. Trabalho de conclusão de curso, em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SOUZA, Magali. **O Programa de Arrendamento Residencial- PAR- Palhoça/SC: Uma Alternativa Habitacional Como Possibilidade de Inclusão**. Trabalho de conclusão de curso, em Serviço Social da Universidade Federal De Santa Catarina Florianópolis, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **Movimentos Utópicos na Contemporaneidade**, In: ambientalismo e participação na contemporaneidade, FASESP, São Paulo, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **A Inclusão Social e o Programa de Renda Mínima**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n° 66, 2001. PP, 76 à 90.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**. São Paulo, 2002. Dissertação de Doutorado apresentado a Universidade Católica de SP.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore, **Refletindo Sobre Exclusão Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n°55, 1997. PP, 74 à 83.

ANEXOS

ANEXO 1
TERMO DE ADESÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E MEIO-AMBIENTE
PROGRAMA HABITAR-BRASIL/BID
UNIDADE EXECUTORA MUNICIPAL

**TERMO DE ADESÃO, COMPROMISSO E OBRIGAÇÕES AO PROJETO
MORAR LEGAL**

.....
(nome)

residente na comunidade

DECLARA CONCORDAR

em aderir ao Projeto Habitacional "Morar Legal" desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Palhoça/SC, com recursos do Programa Habitar Brasil/BID, beneficiando 86 famílias da comunidade Bela Vista com a construção de 66 unidades habitacionais, com área de 32 m², equipamentos comunitários (creche, centro de múltiplo uso, ampliação da Escola Reunida Inês Marta da Silva), áreas de lazer, implantação de serviços de infra-estrutura, urbanização e regularização fundiária, bem como projeto de participação comunitária pautado na mobilização e organização da comunidade, na educação sanitária e ambiental e na capacitação profissional e geração de renda, estando o concordante ciente dos seguintes termos:

Obrigações do concordante

- Desocupar a área onde reside quando solicitado pela Prefeitura, dela retirando todos os pertences da família, de forma a possibilitar a demolição da residência e a limpeza do terreno para recuperação ambiental, ou construção do novo imóvel;
- Ocupar a casa nova que for oferecida pela Prefeitura em comum acordo, cuidando da sua manutenção e bom uso, inclusive quanto ao pagamento das despesas como água, luz, esgoto, IPTU, e demais taxas inerentes à habitação de responsabilidade do proprietário;
- Zelar pela manutenção e bom uso de todos os equipamentos comunitários (escola, creche, centro de múltiplo uso, e outros similares) e áreas de lazer, áreas verdes, existentes e que forem instalados na área.
- Zelar pela manutenção e bom uso do sistema de esgotamento sanitário e pela infra-estrutura implantada (pavimentação, drenagem, etc.);
- Assumir um financiamento pela aquisição da casa nova e terreno para onde irá, ou ainda terreno das casas que forem mantidas no mesmo local, e pagar

as prestações mensais para quitar o financiamento, de acordo com os cálculos que forem realizados pela Prefeitura segundo a capacidade econômica familiar, limitado a trinta por cento da renda familiar e ao prazo máximo de financiamento de 300 meses;

Não vender, trocar, emprestar ou alugar a casa nova, sem autorização por escrito da Diretoria Municipal de Habitação, com a aprovação do Conselho Municipal de Habitação;

Zelar pela preservação da área onde mora atualmente, não permitindo a coabitação nem novas invasões, auxiliando a Prefeitura Municipal na fiscalização;

Participar do processo de gestão das obras e trabalhos sociais;

Declara ainda estar ciente que a casa nova permite a ampliação da área construída às custas do concordante, mediante orientação técnica (visando manter as condições originais de ventilação e habitabilidade) e autorização prévia por escrito da Prefeitura;

Obrigações do Município

Indenizar ao concordante o valor da moradia atual, abatendo o valor da indenização citada anteriormente do saldo devedor do financiamento assumido pela compra da casa nova;

Realizar a avaliação citada anteriormente segundo os seguintes critérios, obedecido um limite mínimo de R\$ 600,00 por moradia, 1. casa de alvenaria 1.a) acabada - R\$ 200,00 o m², 1.b) semi acabada - R\$ 150,00 o m², 1.c) sem acabamentos - R\$ 100,00 o m²; 2. Casa de alvenaria e madeira (mista): 2.a) com todos os acabamentos novos e pintada - R\$ 160,00 o m²; 2.b) semi acabada - R\$ 120,00 o m²; 2.c) sem acabamentos - R\$ 80,00 o m²; 3. Casa de madeira: 3.a) com todos os acabamentos novos e pintados - R\$ 120,00 m²; 3.b) semi acabada - R\$ 60,00 m²; 3.c) barraco - 30,00 o m²;

Construir a moradia nova, promover a urbanização e regularização fundiária da área nova, dotando-a de equipamentos comunitários, áreas de lazer e serviços de infra-estrutura;

Realizar e manter projeto de participação comunitária pautado na mobilização e organização da comunidade, na educação sanitária e ambiental e na capacitação profissional e geração de renda;

Palhoça, _____ de _____ de 2002

Concordante

Prefeitura Municipal de
Palhoça

ANEXO 2
CADASTRO SÓCIO ECONÔMICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID - UEM

CADASTRO SÓCIO ECONÔMICO (Nº _____)

Data do preenchimento ____/____/____

1. Nome do respondente:

1.1. Localização da moradia/contacto:

Logradouro: _____ Nº _____

Comunidade _____

Telefone para contato: _____

1.2. Dados do Responsável pela família

1.2.1 Nome: _____

1.2.2 Data de nascimento: ____/____/____

1.2.3 CIC _____

Título de eleitor: _____

C.T. _____

1.2.4 Raça: branco amarelo negra indígena

1.2.5 Sexo: Masculino Feminino

1.2.6 Estado civil

Solteiro (a)

Divorciado (a)

Casado (a)

Viúvo (a)

Separado (a)

União Estável

1.2.7 Grau de Instrução

Analfabeto

2º grau completo

Alfabetizado

2º grau incompleto

1º grau completo

3º grau completo

1º grau incompleto

3º grau incompleto

1.2.8 Estuda: Sim Não

1.2.9 Gostaria de voltar a estudar: Sim Não

1.2.10- A) Naturalidade _____

B) Em quantos municípios já morou? _____

1.2.11- Ocupação atual: _____

Profissão: _____

Desempregado: Sim Não

Situação empregatícia:

CLT

Pensionista

Autônomo

Segurado

Aposentado

Do lar

Sem vínculo

1.2.12- Renda mensal

sem renda

Nº de salários: _____

1.2.13 Religião: _____

1.2.14 Lazer: indique, abaixo, cinco (5) atividades que você mais pratica

TV

trabalhos manuais

bar

ir a igreja

cuidar de plantas

ler

jogar futebol

passear

ouvir rádio

pescar

ir a praia

festas

outros

Especificar: _____

1.2.15- Há quanto tempo reside na Comunidade?

há menos de 01 (um) ano

número de anos: _____

1.2.16- Possui algum problema crônico de saúde?

Sim Não

Em caso de resposta afirmativa:

hipertensão

problema do coração

insuficiência renal

diabete

reumatismo

depressão

C.A.

outros: Especificar: _____

1.2.17- Possui alguma dependência química?

Sim Não

Caso sim, qual?

álcool fumo antidepressivos outros : Especificar: _____

1.2.18- Faz uso de medicação contínua?

Sim Não

1.2.19- É portadora de necessidades especiais?

Sim Não

Caso a resposta seja positiva, qual?

mental

auditiva

visual

física Que tipo? _____

2.2 Se for identificado criança / adolescente fora da escola preencher este campo.

2.2.1- Por que não frequenta a escola

- falta de vaga
 Saúde
 trabalho
 por opção

2.3 Se for identificado como jovem / adulto que tenha parado de estudar.

2.3.1- Tem interesse de voltar a estudar?

- Sim Não

2.4 Se for encontrado criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

2.4.1- Está sendo atendida por creche?

- Sim Não

2.4.2- Se responder não. Por que?

- Não tem vaga
 Não tem interesse
 Não tem creche
 O critério de vagas está vinculado ao trabalho da mãe.

3. Saúde

3.1 Quais as doenças mais frequentes entre os membros da família:

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> diarreia | <input type="checkbox"/> asma | <input type="checkbox"/> dengue |
| <input type="checkbox"/> doenças do coração | <input type="checkbox"/> alcoolismo ou usuário | <input type="checkbox"/> meningite |
| <input type="checkbox"/> verminose | <input type="checkbox"/> de drogas | <input type="checkbox"/> anemia |
| <input type="checkbox"/> reumatismo | <input type="checkbox"/> depressão | <input type="checkbox"/> dor na coluna |
| <input type="checkbox"/> hepatite | <input type="checkbox"/> alergia | <input type="checkbox"/> hipertensão |
| <input type="checkbox"/> infecção urinária | <input type="checkbox"/> osteoporose | <input type="checkbox"/> gripe |
| <input type="checkbox"/> leptospirose | <input type="checkbox"/> ulcera | <input type="checkbox"/> desnutrição |
| <input type="checkbox"/> diabetes | <input type="checkbox"/> hanseníase | <input type="checkbox"/> outros |
| <input type="checkbox"/> bronquite | <input type="checkbox"/> gastrite | Especificar: _____ |
| <input type="checkbox"/> HIV | <input type="checkbox"/> tuberculose | |

3.2 Participa de campanhas de vacinação?

- Sim Não

3.3 Participa de grupos de orientação de controle a alguma doença?

Sim Não

Em caso de responder sim. Qual? _____

3.4 Quando tem problema de saúde na família, quem e/ou que costuma procurar primeiro?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> vizinho | <input type="checkbox"/> clínica particular |
| <input type="checkbox"/> benzedeira | <input type="checkbox"/> igreja ou religiosos |
| <input type="checkbox"/> farmacêutico | <input type="checkbox"/> auto medicação |
| <input type="checkbox"/> posto de saúde | <input type="checkbox"/> outros: Especificar: _____ |
| <input type="checkbox"/> hospital | |

3.5 Quais as principais dificuldades na vida familiar?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> relacionamento conjugal | <input type="checkbox"/> violência doméstica contra criança (adolescente) |
| <input type="checkbox"/> relacionamento entre pais e filhos | <input type="checkbox"/> uso de drogas (incluindo cigarros) |
| <input type="checkbox"/> relacionamento entre irmãos | <input type="checkbox"/> alcoolismo |
| <input type="checkbox"/> violência doméstica contra mulher | <input type="checkbox"/> desemprego |
| <input type="checkbox"/> outros: Especificar: _____ | |

3.6 Pessoas portadoras de necessidades especiais

Sim Não

Caso a resposta seja positiva

- | | | |
|-----------------------------------|---------------------------------|-----------------|
| <input type="checkbox"/> mental | <input type="checkbox"/> física | Que tipo? _____ |
| <input type="checkbox"/> auditiva | <input type="checkbox"/> visual | |

4. Organização Comunitária

4.1 Participa de alguma organização comunitária?

Sim Não

4.2 Caso a resposta seja sim.

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> associação de moradores | <input type="checkbox"/> grupo religioso |
| <input type="checkbox"/> grupo de mães | <input type="checkbox"/> grupo de idosos |
| <input type="checkbox"/> grupo de jovens | <input type="checkbox"/> grupo de esporte |
| <input type="checkbox"/> grupo de gestante | <input type="checkbox"/> outros |
| <input type="checkbox"/> grupo de saúde | Especificar: _____ |

4.3 Caso a resposta seja não.

- não tem tempo
- não gosta de participar
- desconhece a existência de grupos na comunidade ou proximidade.
- não se envolve com a comunidade
- outros: citar: _____
- não resolve nada
- não é ouvido

4.4 Como costuma resolver os problemas comuns enfrentados pela comunidade.

- através da organização comunitária
- através de políticos
- assistente social da prefeitura
- igreja
- outros: Citar: _____

4.5 Na sua opinião a comunidade reunida tem mais forças para resolver seus problemas?

- Sim, plenamente
- Sim, muito
- Mais ou menos
- Não, muito
- Nenhuma

4.6 Na sua opinião a força da comunidade depende da participação de cada morador?

- Sim, totalmente
- Sim, muito
- Mais ou menos
- Não, muito
- Nenhuma

4.7 Na sua opinião a Prefeitura é a única responsável pelos problemas enfrentados pela comunidade.

- Sim, totalmente
- Sim, muito
- Mais ou menos
- Não, muito
- Não

4.8 Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade? Numerar em ordem de prioridade.

- falta de escola
- falta de creche
- falta de posto de saúde
- falta de segurança
- falta de água encanada
- falta de espaço para recreação e lazer
- falta de centro comunitário
- outros: Especificar: _____
- falta de transporte coletivo
- falta de oportunidade de emprego
- falta de calçamento
- falta de programa de geração de empregos e renda
- falta de coleta de lixo

4.9 Com relação à convivência com vizinho e comunidade qual maior problema enfrentado.

- nenhum sujeira outros
 barulho drogas Especificar: _____
 brigas

5. Quadro dos recursos:

5.1 Tem interesse em ações direcionadas a trabalho e renda?

- Sim Não

5.2 Quais as ações de interesse? Em escala crescente.

- Higiene e embelezamento do corpo (manicure, pedicure, depilação, cabeleireiro, massagista)
- costura azulejista culinária fotografia
 garçom mecânico marceneiro, carpinteiro informática
 pedreiro oleiro outros: Especificar: _____
 padeiro jardineiro

5.3 Tem interesse na formação de cooperativa?

- Sim Não

5.4 Qual (quais)?

- cooperativa de recicladores de resíduos sólidos (lixo). cooperativa da construção civil.
 cooperativa de prestação de serviços. Cite outra(s) _____
 cooperativa de artesanato nenhuma

5.5 Sua família costuma buscar auxílios em programas de assistência social para:

- cesta básica passe outros
 material escolar material de construção Especificar _____
 medicamento pagamento de faturas de água e luz.
 vestuário nunca procurou.

5.6 É atendido por algum programa de assistência social.

- SISVAN (leite) Auxílio cesta básica – ONG
 Conselho Tutelar programa de transporte para tratamento de saúde

- outros: Especificar: _____
- não é atendido por nenhum programa.

6. Situação Habitacional

6.1 Condição do imóvel

- próprio
- alugado valor R\$ _____ proprietário mora na área fora da área
- cedido

6.2 Utilização do imóvel

- residencial
- comercial tipo _____
- mista

6.3 Tipo de material construtivo

- alvenaria
- madeira
- mista
- com reboco
- nova
- sem reboco
- velha

6.3.1 Estado de conservação da habitação

- ótima
- razoável
- péssima
- boa
- ruim

6.4 Número de cômodos da casa: ()

6.5 Número de cômodos utilizados para dormir:

() dormitórios () outros () total

6.6 Número de pavimentos:

- casa térrea
- 2 pavimentos
- 3 pavimentos

6.7 Possui cozinha:

- dentro de casa
- fora de casa
- não possui

6.8 Possui banheiro:

- dentro de casa
- fora de casa
- não possui

Caso possua banheiro:

- tem vaso sanitário
- tem chuveiro
- tem pia

6.9 Qual o destino do esgoto:

- da cozinha

fossa a céu aberto rede de esgoto rede pluvial

- do banheiro:

fossa a céu aberto rede de esgoto rede pluvial

6.10 Como é o abastecimento de água:

CASAN poço morro rabicho rio, riacho, córrego

6.11 Quanto a rede de energia elétrica:

direta da rede rabicho não tem

6.12 Fator de risco do imóvel.

precariedade habitacional
deslizamento

alagamento
 insalubridade

6.13 Costuma separar o lixo?

Sim Não

6.14 Tem interesse de separar o lixo?

Sim Não

6.15 Qual é o destino do lixo?

coletado pela Prefeitura
queimado

terreno baldio
 enterrado

6.16 Qual a sua cidade de origem?

de município de outro município de SC. de outro estado

6.17 Por que se mudou para Palhoça.

busca de tratamento de saúde
procura de trabalho
parentes

lazer
 acesso a serviços públicos
 outro. Qual? _____

6.18 Tem vontade de voltar para a cidade de origem:

Sim Não

6.19 Em caso de remoção do domicílio, quais os equipamentos necessários para a nova área. (Numerar em ordem de prioridade)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Escola de 1ª a 8ª serie | <input type="checkbox"/> Centro comunitário |
| <input type="checkbox"/> Escola de 2º grau | <input type="checkbox"/> telefone publico |
| <input type="checkbox"/> Escola profissionalizante | <input type="checkbox"/> posto policial |
| <input type="checkbox"/> posto de saúde | <input type="checkbox"/> outros: Especificar: _____ |
| <input type="checkbox"/> creche | |

6.20- Em relação ao meio ambiente e lazer, na área de reassentamento (Numerar em ordem de prioridade)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Arborizar a área | <input type="checkbox"/> parque infantil |
| <input type="checkbox"/> praça de esporte | <input type="checkbox"/> outros: Especificar: _____ |
| <input type="checkbox"/> coleta seletiva de lixo | |

7. Situação financeira familiar

7.1 Renda familiar R\$ _____ 7.2 Renda *per capita* R\$ _____

7.3 Quando não há renda onde buscam o recurso?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> mendicância | <input type="checkbox"/> ONGs |
| <input type="checkbox"/> Prefeitura Municipal | <input type="checkbox"/> outros: Especificar: _____ |
| <input type="checkbox"/> Igreja | |

7.4 Comprometimento financeiro mensal

água: R\$ _____	medicamento de uso contínuo: R\$ _____
luz: R\$ _____	aluguel: R\$ _____
gás: R\$ _____	financiamento R\$ _____
telefone R\$ _____	alimentação R\$ _____
transporte: R\$ _____	outras despesas fixas: R\$ _____
educação: R\$ _____	

ANEXO 3

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

**ESTATUTO DA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ALTO DA BELA VISTA – Bela
Vista , Palhoça, Santa Catarina**

TÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO:

1º - A Associação de Moradores da Comunidade da Barreira, do bairro da Vista, Palhoça – Santa Catarina, entidade civil dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Palhoça, fundada em 10/11/2002, e prazo de duração indeterminado, é o órgão representativo da comunidade, sediado à Rua Domingos Alves, S/Nº, no bairro da Bela Vista município de Palhoça, Santa Catarina, e por membros da comunidade integrada.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA – A área de abrangência da Associação de Moradores, compreende todos os moradores da comunidade da Barreira.

TÍTULO II

FINALIDADES:

2º - A Associação de Moradores tem por finalidades:

I – Cultivar o senso comunitário e o espírito de esforço pela melhoria da área de abrangência;

II – Representar a comunidade perante os órgãos públicos e privados, apresentando junto aos membros as respostas para as demandas e carências existentes em seu meio;

III – Colaborar com os poderes públicos na realização de levantamentos sobre a situação sócio-econômica-cultural da comunidade, observando o atendimento de necessidades e problemas;

IV – Promover a inserção da comunidade no contexto da dinâmica social, através do cultivo das virtudes cívicas;

V – Colaborar na execução da política municipal, estadual e federal da Comunidade;

VI – Desenvolver serviços de rádio difusão comunitária, em conformidade com a lei pertinente;

- VII – Proporcionar atendimento educacional, alimentar e saúde a crianças de 03 a 06 anos e jovens carentes de sua área de abrangência;
- VIII – Proporcionar atendimento educacional supletivo para jovens e adulto;
- IX – Promover cursos de qualificação profissional, artesanato e culturais;
- X – Proporcionar a formação de grupos de gênero;
- XI – Promover atividades sociais, culturais e esportivas, em linha de desenvolvimento comunitário;
- XII – Proporcionar atividade de integração, convivência, prevenção, a saúde, artesanato a pessoas na terceira idade;
- XIII – Proporcionar atividades de integração, convivência, troca de experiências, saúde, artesanato a grupos de mães;
- XIV – Firmar parcerias com entidades da Sociedade Civil e Órgãos governamentais para o fortalecimento das ações comunitárias e desenvolvimento do bairro;
- XV – Prestar serviços de assessoria a entidades e afins;
- XVI – Implantar e manter uma biblioteca comunitária;
- XVII – Desenvolver atendimento odontológico voltado aos cidadãos carentes;
- XVIII – Promover a assistência social benéfica nas áreas de saúde, infância, adolescência, idosos e educação para pessoas carentes;
- XIX – Difundir atividades educativas, culturais e científicas realizando pesquisa, conferências, seminários, cursos, treinamentos, editando publicações, vídeos, processamento de dados, assessoria técnica nos campos ações comunitárias, educacional e sócio-cultural, bem como a comercialização das publicações, vídeos, serviços e assessoria, programas de informática, camisetas, adesivos, materiais destinado a divulgação e formação sobre os objetivos do Conselho Comunitário e ações congêneres, desde que o produto desta comercialização reverta integralmente para a realização desses objetivos;
- XX – Estimular a parceria, o diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades que visem interesses comuns;
- XXI – Baixar atos necessários à organização e à disciplina para o bom funcionamento das ações comunitárias;
- XXII – Fixar normas de procedimentos e instituir o seu regimento interno, bem como das demais atividades da instituição.

TÍTULO III

ASSOCIADOS:

3º - Podem associar-se a Associação de Moradores às pessoas maiores de 18 anos, que residam na área de atuação do órgão, bem como aquelas que exercem atividades profissionais junto à comunidade, sem distinção de cor, raça, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político.

ARTIGO 1º – A qualidade de associado é adquirida mediante registro formal.

4º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Associação de Moradores.

5º - Haverá as seguintes classes de sócios:

I – **FUNDADORES** – Os membros que subscreveram a ata de fundação;

II - **CONTRIBUINTES MENSALISTAS** - Todos os que contribuem mensalmente para a Associação de Moradores de forma financeira;

- As contribuições para os sócios mensalistas serão baseadas em até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do salário mínimo da região;

- As contribuições para os sócios eventuais serão definidas por decreto expedido pela diretoria da Associação de Moradores, devidamente registrado em ata e gozarão de todos os direitos previstos neste estatuto;

- Os instrutores de cursos promovidos pela Associação de Moradores serão considerados sócios eventuais, enquanto estiverem ministrando os cursos, sujeitos às mesmas responsabilidades do sócio mensalista.

6º - São deveres dos associados:

I – Contribuir financeiramente para a Associação de Moradores;

II – Cumprir pontualmente os compromissos que contrair com a Associação de Moradores;

III – Zelar pelos interesses morais e materiais da Associação de Moradores;

IV – Cumprir fielmente as disposições deste Estatuto e respeitar as decisões tomadas pela Assembléia Geral ou pela Diretoria;

V - Comparecer às reuniões ordinárias e/ou extraordinária quando convocado;

VI – Solicitar por escrito o desligamento da Associação de Moradores, quando de seu interesse.

7º - São direitos dos associados:

ARTIGO - Os sócios menores de 18 anos terão somente direito a voto.

I – Tomar parte das Assembléias Gerais, discutir, propor, deliberar, votar e ser votado;

II – Propor ao conselho, através de seus órgãos, medidas de interesse geral;

III – Utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação de Moradores;

IV – Participar das atividades programadas pela Associação de Moradores;

V – Fazer parte das comissões de trabalho ou departamentos instituídos pela comissão diretora;

VI – Desligar-se a qualquer tempo da Associação de Moradores, mediante solicitação por escrito.

8º - Serão excluídos do quadro social os associados que:

ARTIGO – Os sócios que deixarem de pertencer ao quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que hajam feito à Associação de Moradores.

I – Deixarem de cumprir as obrigações previstas neste Estatuto;

II – Cessarem suas atividades profissionais;

III – Danificarem ou atentarem contra a moral e/ou patrimônio da Associação de Moradores;

IV – Deixarem de contribuir por 01 (um) ano consecutivo com as contribuições devidas a Associação de Moradores, sem justificativa prévia, aprovada pela diretoria.

TÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS E APLICAÇÕES:

Art. 9º - O patrimônio da Associação de Moradores é constituído de:

- I – Bens móveis e imóveis adquiridos;
- II – Bens móveis e imóveis transferidos em caráter definitivo por pessoas naturais ou jurídicas;
- III – Doações, heranças ou legados de pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 10 - Constituem recursos financeiros da Associação de Moradores:

- I – Auxílios financeiros de qualquer origem;
- II – Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- III – Subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;
- IV – Rendas decorrentes da exploração de seus bens ou da prestação de serviços;
- V – Contribuições dos associados;
- VI – quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 11 - Extinta a Associação de Moradores, seus bens móveis e imóveis serão destinados através de Assembléia Geral a uma entidade congênere, localizada na mesma comunidade e devidamente registrada no Conselho Municipal da Assistência Social e no Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 12 - É vedado a Associação de Moradores distribuir resultados, dividendos, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob quaisquer formas e pretextos.

Art. 13 - É de obrigação da Associação de Moradores aplicar integralmente as rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território brasileiro.

Art. 14 - A Associação de Moradores deve aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades que estejam vinculadas.

Parágrafo único: A prestação de serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação deve ser a todo aquele que necessitar, respeitando a

capacidade de atendimento da instituição, primando por um atendimento digno, respeitoso, incluyente e qualificado.

Art. 15 - A Associação de Moradores poderá aceitar auxílios, contribuições, bem como poderá firmar convênios de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com organismos ou entidades públicas ou privadas, desde que não impliquem em sua subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com seus objetivos nem arrisquem sua independência.

TÍTULO V

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO:

Art. 16 - São órgãos da administração da Associação de Moradores:

- I - A Assembléia Geral;
- II - A comissão Diretora;
- III - O Conselho Fiscal

§ **ÚNICO** - Nenhum membro de órgão diretivo, fiscal, sócio, instituidores, benfeitores ou equivalentes não poderão receber, a qualquer título, quando no desempenho dessas funções, retribuição financeira, vantagens ou benefícios por serviços prestados a Associação de Moradores.

O membro será pago pelo serviço prestado pela comunidade e não pelo cargo que ocupa na direção da comunidade.

CAPÍTULO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 17 - A Assembléia Geral é o órgão soberano da entidade constituído dos associados regularmente registrados, cabendo-lhes direito a voz e voto.

§ 1º - Participar das Assembléias Gerais com direito a voto, os associados deverão estar inscritos 30 (trinta dias) antes da realização das mesmas.

§ 2º - As reuniões da Assembléia Geral são dirigidas pelo presidente da comissão diretora, auxiliado pelo secretário.

Art. 18 - Compete à Assembléia Geral:

- I - Formular as diretrizes gerais que orientam o funcionamento da associação de Moradores
- II - Aprovar os programas gerais e o plano anual de atividades;
- III - Aprovar reformas estatutárias;
- IV - Aprovar o relatório anual de atividades bem como o balanço financeiro;
- V - Autorizar a alienação, venda ou permuta de bens imóveis de propriedade da Associação de Moradores, com aprovação da maioria absoluta da Assembléia Geral.

Art. 19 - As Assembléias Gerais são ordinárias ou extraordinárias.

1º - As Assembléias Gerais ordinárias ou extraordinárias são convocadas pelo presidente da Comissão Diretora.

2º - As Assembléias Gerais ordinárias ou extraordinárias são convocadas da por:

I - Conselho Fiscal;

II - 1/3 (um terço) mais 01 (um) dos membros da comissão Diretora;

III - 1/3 (um terço) mais 01 (um) dos associados regularmente inscritos na associação de Moradores.

3º - O presidente e o secretário da Assembléia Geral Extraordinária convocada com base no § 2º deste artigo, serão de livre escolha dos membros que a convocarem.

Art. 20 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano em maioria simples dos associados, durante o mês de novembro, para decidir respeito de todo e qualquer assunto de interesse da Associação, apresentar e votar emendas no estatuto, examinar o plano anual de atividades e o relatório.

Art. 21 - As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias são convocadas mediante Edital de Convocação afixados em lugares públicos da comunidade e publicação na imprensa local, com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

Art. 22 - Do edital convocatório, deverá constar data, hora e local de sua realização, ordem do dia a ser apreciada e outras observações julgadas convenientes pela Presidência.

Art. 23 - As Assembléias Gerais funcionarão em primeira convocação com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus sócios e em

unda convocação, decorridos 15 (quinze) minutos, com qualquer número de sócios presentes.

24 - As deliberações serão tomadas com aprovação da maioria dos presentes através de voto.

Em caso de empate o voto de qualidade será dado pelo Presidente da Assembléia.

Cada associado só terá direito a 01 (um) voto, não sendo permitido votar por procuração.

CAPÍTULO II

COMISSÃO DIRETORA:

25 - A comissão diretora é o órgão de execução e de direção geral da administração de moradores.

26 - A comissão diretora, eleita pela Assembléia Geral é constituída de oito) membros, sendo 01 (um) presidente; 01 (um) Vice Presidente; 01 (um) 1º Secretário; 01 (um) 2º Secretário; 01 (um) 1º tesoureiro; 01 (um) 2º tesoureiro e 02 Vogais;

27 - O mandato dos membros da comissão diretora é de 01 (um) ano prorrogável a reeleição.

28 - Compete à comissão diretora:

I - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

II - Admitir e demitir servidores, bem como exercer a administração de bens da Associação;

III - Prever e prover as necessidades da associação;

IV - Gerir as finanças e administrar o patrimônio;

V - Elaborar os programas gerais e o plano anual de atividades;

VI – Apresentar aos outros órgãos de administração o relatório anual de atividades bem como o balanço, o demonstrativo de receitas e despesas, anexos e outros documentos contábeis;

VII – Executar sempre que possível em colaboração com os demais organismos que desenvolvam atividades sócio-comunitárias proporcionando as condições de promoção à comunidade através de programas recreacionais, sanitários, profissionalizantes, recreativos e de lazer, organizando calendários sócio-culturais;

VIII – Aprovar acordos e convênios;

IX – Propor reformas estatutárias, observando o disposto no título V, artigo I, art. 14º, item III;

X – Criar departamentos ou comissões, quando assim parecer oportuno, visando a melhor eficiência na Execução das tarefas;

XI – Resolver os casos omissos no presente Estatuto.

29 - Compete ao presidente da Comissão Diretora:

I – Representar a associação de moradores, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele;

II – Convocar e dirigir as reuniões da assembléia Geral e da comissão Diretora;

III – Admitir e demitir servidores;

IV – Movimentar juntamente com o tesoureiro a conta bancária;

V – Encaminhar ao conselho fiscal, relatórios, planos, balanços, anexos e outros documentos de administração;

VI – Firmar convênios;

VII – Superintender todas as atividades da Comissão Diretora;

VIII - Dar posse, em Assembléia Geral, aos membros da comissão Diretora e ao conselho fiscal.

Art. 30 – Compete ao Vice-Presidente:

- I - Auxiliar o presidente no desempenho de suas funções;
- II – Substituir o presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 31 - Compete aos Vogais:

- I – Supervisionar departamentos que sejam criados para os serviços administrativos e técnicos;
- II – Colaborar com os demais cargos da comissão diretora;
- III – Exercer atividades designadas pelo presidente.

Art. 32 - Compete ao Tesoureiro:

- I – Ter sob sua guarda todos os valores em espécie;
- II – Responder pelos serviços de tesouraria, contabilidade e patrimônio;
- III – Arrecadar receitas e pagar despesas;
- IV – Passar recibos;
- V – Confeccionar o orçamento anual;
- VI – Elaborar balancetes, demonstrativos e balanços;
- VII – Assinar cheques e outros documentos financeiros, juntamente com presidente.

Art. 33 - Compete ao Secretário:

- I - Dirigir todo o expediente;
- II – Lavrar e subscrever as atas de reuniões da comissão diretora e assembléia Geral;

III – Organizar, coordenar e superintender todos os serviços da secretaria administrativa relativamente aos setores de pessoal, compras, almoxarifado e serviços gerais.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO FISCAL:

Art. 34 - O conselho fiscal é o órgão de fiscalização das atividades da associação de moradores nos seus aspectos contábil e financeiro.

Art. 35 - O conselho fiscal é constituído de 01 (um) membro efetivo e 03 (três) suplentes, todos eleitos pela assembléia geral.

ÚNICO - O conselho fiscal terá um presidente escolhido entre os seus membros.

Art. 36 - O mandato do conselho fiscal é de 01 (um) ano permitida a reeleição.

Art. 37 - O conselho fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre, extraordinariamente, por solicitação de seu presidente.

ÚNICO - As decisões do conselho fiscal serão tomadas com a presença de todos os membros efetivos.

Art. 38 - Compete ao conselho fiscal:

I - Examinar os documentos contábeis, balancetes, balanço e relatório anual;

II - Apresentar parecer sobre movimentos financeiros, denunciar erros e omissões e sugerir medidas corretoras.

TÍTULO VI

AS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS:

Art. 39 - A destituição de membros da comissão diretora do Conselho Fiscal, por motivos disciplinares ou práticas de irregularidades, será competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

Art. 40 - Ocorrendo vagas na Comissão Diretora e no Conselho Fiscal poderá a Comissão Diretora, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um), deliberar pela designação de um dos vogais.

Art. 41 - Será considerado vago o cargo de membro da Comissão Diretora e Conselho Fiscal que não comparecerem a 05 (cinco) reuniões ordinárias consecutivas ou a 10 (dez) reuniões ordinárias e/ou extraordinária alternadas, sem justificativa formal aceita pelo órgão do qual faz parte.

§ ÚNICO - A vacância prevista neste artigo é automática e independente de deliberação.

Art. 42 - A responsabilidade dos membros da Comissão Diretora cessará com a aprovação das contas pela Assembléia Geral.

Art. 43 - Nos afastamentos temporários de membros da Comissão Diretora, o mesmo será substituído por um dos vogais a ser indicado pela própria comissão.

Art. 44 - Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para as questões oriundas do presente estatuto com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação, data da realização da Assembléia Geral.

Palhoça, 10 de novembro de 2002.

Membros da Associação de Moradores:

ANEXO 4
TERMO DE DESISTÊNCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E MEIO-AMBIENTE
PROGRAMA HABITAR-BRASIL/BID
UNIDADE EXECUTORA MUNICIPAL

TERMO DE DESISTÊNCIA DO PROJETO MORAR LEGAL

.....
(nome)

residente na comunidade

declara **desistir** dos direitos e compromissos a ele outorgados através do

TERMO DE ADESÃO nº de cadastro.....em favor do

.....(a).....

residente na comunidade.....

Palhoça, _____ de _____ de 2003

Desistente

Concordante

ANEXO 5
FOTOS DA COMUNIDADE



TOPOSOLO

Engenharia e Topografia

**PROJETO MORAR LEGAL
PROGRAMA HABITAR-BRASIL/BID – BELA VISTA – PALHOÇA.
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA RETRATANDO A ÁREA DO PROJETO E O
ENTORNO, REGISTRANDO E ELUCIDANDO AS CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS
FUNDAMENTAIS NECESSÁRIOS.**





TOPOSOLO

Engenharia e Topografia



